



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM FORMAÇÃO DE
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

OLGA CRISTINA DA SILVA TEIXEIRA

**PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA COMO
POLÍTICA EDUCACIONAL: IMPLANTAÇÃO E EXPECTATIVAS**

**DOURADOS-MS
2013**

OLGA CRISTINA DA SILVA TEIXEIRA

**PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA
COMO POLÍTICA EDUCACIONAL: IMPLANTAÇÃO E
EXPECTATIVAS**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do Curso de Especialização em Educação intitulado Formação de Profissionais em Educação junto à Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Alice de Miranda Aranda.

**DOURADOS-MS
2013**

AGRADECIMENTOS

Como cristã que sou, agradeço ao Deus criador por seu insondável amor manifestado a mim em cada detalhe de vida e em especial por mais este projeto realizado.

Meus sinceros agradecimentos à Prof^ª. Dr^ª. Maria Alice de Miranda Aranda que me orientou com competência e compromisso e que se mostrou um ser humano tão encantador, capaz de agregar na sua natureza uma fonte de conhecimento, humildade e atenção que inspira a todos que por ela passa. Verdadeiramente Professora, minha eterna gratidão!

Muitos mestres passam pelas nossas vidas, mas, alguns nos marcam de modo especial, entre estes, o Prof^º. Dr^º. Paulo Gomes Lima, por que tenho grande admiração e respeito, e com quem aprendi muito, sobre o valor de cada ser humano com quem nos relacionamos no cotidiano.

Admiração e gratidão a Prof^ª. Dr^ª. Elisangela Alves da Silva Escff, por ter instigado em mim o gosto pela pesquisa, quando teve a iniciativa de ir até a Escola Municipal Sócrates Câmara no ano de 2010, me convidar para fazer parte do Projeto do Observatório da Educação/Capes, intitulado “Alfabetização em contextos adversos: políticas, gestão e monitoramento”.

Agradeço imensamente aos professores que ministraram as disciplinas no curso de Especialização, intitulado “Formação para Profissionais da Educação”, que com compromisso e postura, ensinaram não apenas conhecimentos acadêmicos, mas valores que permeiam o conhecimento científico. Em especial agradeço a Prof^ª. Dr^ª. Maria de Lourdes dos Santos que sempre me atendeu com muita atenção e generosidade, não medindo esforço para me auxiliar nas correções dos trabalhos. Sinceramente professora, muito obrigada!

Agradeço aos colegas de turma pelo carinho, companheirismo e amizade e a quem me apeguei afetosamente durante esta formação e que foram tão parceiros nesta caminhada.

Muita gratidão a minha colega de profissão e amiga do coração Cleuza Barbosa de Lima que sempre me apoiou dando suporte nos afazeres escolares sempre que precisei. Sua amizade é um presente de Deus para mim.

Às amigas Marilda, Kézia e Verônica, agradeço a Deus por vocês existirem, por fazerem me sentir um ser humano melhor e por ter o conforto de saber que sempre estão orando por mim e por minha família.

Minha gratidão sem fim à equipe da Escola Municipal Sócrates Câmara representada pela gestão do Diretor Nilson Francisco, professores, administrativos e alunos que de uma forma ou outra sempre me motivam a dar continuidade na pesquisa acadêmica.

Muitas pessoas entram em nossas vidas e nos conquistam aos poucos e quando percebemos já se tornaram especiais para nós, entre estas, estão as estagiárias do Programa Institucional de Bolsa de Incentivo a Docência - PIBID, estudantes aplicadas com quem tive orgulho de ter trabalhado. Quero em nome da nossa querida Maria Aparecida Gonçalves, agradecer a todas pela parceria e compromisso.

A minha linda e maravilhosa família, que sempre esteve ao meu lado compreendendo os momentos de pouca atenção e até ausência, mas a todo o momento me aconchegando com amor e carinho especialmente nas horas mais difíceis desta jornada, nunca se esqueçam que para mim você, Benoni esposo amado e vocês filhas, Karina e Camila, que eu tanto amo, são o bem mais precioso que tenho.

O momento pode parecer melancólico e por vezes piegas ou melífluo, mas é preciso registrar nossa história. *“Você aprende depois de algum tempo, você aprende a diferença, a sutil diferença entre dar a mão e acorrentar uma alma... o que importa não é o que você tem na vida, mas quem você tem na vida, e que bons amigos são a família que nos permitiram escolher”* (William Shakespeare).

“O importante, na democratização do ensino, não é ‘fazer como se’ cada um houvesse aprendido, mas permitir a cada um aprender. Quando não se consegue isso, a solução não é esconder a cabeça na areia, mas reconhecer um fracasso, que é, primeiramente, o da escola, para melhor ‘retomar o trabalho’. Aí está a verdadeira clivagem: frente a desigualdades de aquisições e de níveis escolares devidamente constatados, uns baixam os braços e invocam a fatalidade e os limites da natureza humana, outros buscam novas estratégias” (PERRENOUD, 1995 apud BRASIL, 2012, p. 06).

RESUMO

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa “Política e Gestão da Educação”, do Grupo de Pesquisa Estado, Política e Gestão da Educação – GEPGE – da FAED/UFGD. O objetivo é apresentar a introdução do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, na política nacional, sua implantação, bem como as perspectivas do mesmo para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, em torno do processo alfabetizador da criança até os oito anos de idade, nas escolas municipais de Dourados. O estudo tem sua origem no Curso de Especialização em Educação intitulado “Formação de Profissionais em Educação”. O PNAIC trata-se de uma política pública de alfabetização recente, Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012 decorrendo do compromisso previsto no Decreto nº. 6.094 de 24 de abril de 2007, de alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental e registrado na meta 5 (cinco) explicita no Plano Nacional de Educação (decênio 2011–2020) - Projeto de Lei Ordinária (PLO nº. 8.035/2010). Plano este que, entre as muitas metas, registra e norteia as políticas educacionais pensadas para os três primeiros anos do Ensino Fundamental de todas as escolas públicas estaduais e municipais, tanto urbanas como as situadas no campo, em todo o território brasileiro. Para isso, a investigação se pautou na pesquisa bibliográfica, documental e na pesquisa-ação e, complementarmente, entrevistas com diretores, coordenadores e professores alfabetizadores das Escolas Municipais de Dourados. Considerando tratar-se de uma política recente, o estudo inicial realizado permitiu destacar que há questões a serem esclarecidas no campo das políticas públicas para a alfabetização por meio de ações do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), quanto ao lançamento do PNAIC e o entendimento de gestores na implantação do mesmo.

Palavras Chaves: Alfabetização. Gestão escolar. Política Educacional.

ABSTRACT

This work is part of the research "Policy and Management Education", State Research Group, Policy and Management Education online - GEPGE - the FAED / UFGD. The objective is to present the introduction of the National Pact for Literacy Age One - PNAIC in national policy, its implementation, and the prospects of it to improve the quality of teaching and learning around the literacy process of children up to eight years of age, in schools of Golden. The study has its origin in the Course of Specialization in Education titled "Training for Professionals in Education." The PNAIC it is a public policy of recent literacy, Ordinance No. 867, of July 4, 2012 arising under the undertaking provided for in Decree. 6,094 of April 24, 2007, from literacy to children up to a maximum of eight years, at the end of the 3rd year of elementary school and recorded the target five (5) explicitly in the National Education Plan (2011-2020 decade) - Draft Common Law (PLO No. 8.035/2010) . . This plan that, among the many targets, records and guides the educational policies designed for the first three years of elementary school of all, both urban and located in the field, throughout the Brazilian territory state and local public schools. For this, the research was based on literature, documentary research and action research and in addition, interviews with directors, coordinators and literacy teachers in the public school of Golden. Whereas treat yourself to a recent policy, the initial study has highlighted that there are issues to be clarified in the field of public policy for literacy through actions of the Ministry of Education (MEC) and the National Education Council (CNE), to the launch of PNAIC and understanding of managers in the implementation of the same.

Key Word: Literacy. School Management. Educational Policy.

LISTA DE SIGLAS

ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

COMED – Conselho Municipal de Educação de Dourados

DEB - Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica

DOU - Diário Oficial da União

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FAED - Faculdade de Educação

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica

GEPGE - Grupo de Estudos e Pesquisas “Estado, Política e Gestão da Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IES - Instituições de Ensino Superior

IPES - Instituições públicas de ensino superior

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

OEA - Organização dos Estados Americanos

PAIC - Programa de Alfabetização na Idade Certa do estado do Ceará

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Incentivo a Docência

PLO - Projeto de Lei Ordinária

PNAIC – Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa

PNBE - Programa Nacional Biblioteca na Escola

PNE - Plano Nacional de Educação

PNLB - Programa Nacional de Livro Didático

PPP - Projeto Político Pedagógico

SEMED - Secretaria de Educação de Dourados

SGB - Sistema Geral de Bolsa

SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento e Controle

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UNESP - Universidade Estadual de São Paulo

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantidade de professores, salas e participantes do PNAIC na Rede Municipal de Ensino de Dourados

Quadro 2 – Números da Alfabetização no Brasil nos três primeiros anos do Ensino Fundamental

Quadro 3 - Números de envolvidos no eixo da formação continuada do PNAIC no Brasil

Quadro 4 – Expectativas de Diretores sobre o PNAIC

Quadro 5 - Expectativas de Coordenadores Pedagógicos sobre o PNAIC

Quadro 6 – Expectativas de Professores Alfabetizadores sobre o PNAIC

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Quantitativo de participantes da Formação Continuada do PNAIC Dourados

ANEXO 2 - Roteiro de visita - Entrevista com o Diretor (a)

ANEXO 3 - Roteiro de visita - Entrevista com a Coordenação

ANEXO 4 - Roteiro de visita - Entrevista com o (a) Professor (a) Alfabetizador (a)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PARTE I - A INTRODUÇÃO DO PNAIC NA POLÍTICA EDUCACIONAL.....	18
1.1 A política Educacional.....	18
1.2 A implantação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC.....	20
1.3 A política de alfabetização.....	22
PARTE II – O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA – PNAIC E SUA IMPLANTAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE DOURADOS.....	29
2.1 O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC.....	29
2.1.1 Eixo 1 – Formação Continuada.....	31
2.1.2 Materiais didáticos	34
2.1.3 Avaliações sistemáticas.....	35
2.1.4 Gestão, controle social e mobilização.....	36
2.2 A implantação do PNAIC nas Escolas Publicas Municipais de Dourados.....	39
PARTE III - EXPECTATIVAS DE DIRETORES, COORDENADORES PEDAGÓGICOS E PROFESSORES ALFABETIZADORES SOBRE O PNAIC.....	43
3.1 Os Orientadores de estudos e acompanhamento nas escolas.....	43
3.2 O posicionamento dos Gestores, Coordenadores e Professores Alfabetizadores quanto a Implantação do PNAIC em Dourados	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS	55
ANEXOS.....	60

INTRODUÇÃO

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) está em pauta no Brasil como política educacional recente, instituída sob a Portaria nº. 867, de 4 de julho de 2012. Decorre do compromisso de alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, previsto no Decreto nº. 6.094 de 24 de abril de 2007. Esse compromisso também está registrado na meta 5 (cinco), explicita no Plano Nacional de Educação decênio (2011–2020), - Projeto de Lei Ordinária (PLO nº. 8.035/2010).

Nessa direção, faz-se necessário compreender a configuração do PNAIC na política educacional sistematizada na agenda governamental, no caso, em relação às políticas públicas de alfabetização, que tem como perspectiva a efetivação de garantias de direitos ao ensino inclusivo e de qualidade previsto em lei.

O objetivo do estudo é apresentar a introdução do PNAIC na política nacional, sua implantação, bem como as perspectivas do mesmo para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, em torno do processo alfabetizador da criança até os oito anos de idade, nas escolas municipais de Dourados.

O objeto de estudo, o PNAIC, foi escolhido tendo em vista que esta pesquisadora atua como Coordenadora Pedagógica efetiva na rede pública municipal e como Orientadora de Estudo no PNAIC no Município de Dourados.

Registra-se que a pesquisa está vinculada a Linha de Pesquisa “Política e Gestão da Educação”, do Grupo de Estudos e Pesquisa em Estado, Políticas e Gestão da Educação - GEPGE/FAED/UFGD e tem sua base no seguinte Projeto de Pesquisa: “A gestão escolar do processo alfabetizador com enfoque na política educacional: do nacional ao local” - vigência: 2013-2015 (Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa da UFGD). Projeto este que dá suporte teórico ao Subprojeto da Área de Pedagogia no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID¹), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Subprojeto em andamento intitulado “Iniciação à Docência em turmas de alfabetização por meio da Monitoria²”.

O tema presente, PNAIC remete a vários eixos para o aprofundamento do estudo, no caso, alfabetização, política educacional, gestão educacional e escolar entre outras categorias.

¹ Cf. Aranda (2011b).

² Cf. Aranda (2012).

A alfabetização no Pacto é colocada conforme analisa Soares (1999, p.18) “como ação de ensinar a ler e a escrever na concepção do letramento como estado ou condição de quem cultiva e escreve as práticas sociais que usam a escrita”, dentro das competências: ler, com conceito de letramento, confrontado, ainda, os conceitos de alfabetização e de escolarização, e escrever considerando as funções desempenhadas pela escrita como ferramenta de interação social no sistema de escrita alfabética em uma sociedade letrada (BRASIL, 2012).

Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vêm sendo desenvolvidos sobre o processo de alfabetização no Brasil, e tem questionado os resultados sobre a condição do país neste quesito, já que pesquisas atuais comprovam que o índice de analfabetos no país ter apresentado queda, quais seriam os parâmetros para ser considerados alfabetizados?

Considera alfabetizada a pessoa capaz de ler um bilhete simples em seu idioma (IBGE, 2010, p. 9).

Uma das respostas no censo relativo ao ano de 2010 revela uma redução de 29% em relação aos números apresentados em 2000, mas ainda insatisfatória, especialmente, quando considerados os critérios utilizados pelo IBGE. Conceito este muito discutível. Se utilizarmos um critério um pouco mais exigente, esses índices mudam e essa é uma das razões pelas quais o IBGE não muda esses conceitos, porque o que está em jogo é a própria imagem do país (NAOE, 2012).

Monteiro (2005) ainda ressalta que para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), basta que o indivíduo responda *sim* à pergunta: “*Sabe ler e escrever?*” para ser considerado alfabetizado.

Diante de uma política educacional tão abrangente como o PNAIC, faz-se necessário o entendimento de como será gestado o processo de implantação tanto em nível governamental como escolar: no âmbito do governo serão analisadas as iniciativas para formulação da política, e na escola será feito o acompanhando a implantação e efetivação da política no espaço de gestão e execução da mesma.

Pois, como aponta Vieira, (2009, p. 24) as investigações na análise das políticas educacionais devem alcançar a escola e seus agentes e, num movimento de ida e volta, procurar aprender como as ideias materializam em ações, traduzindo-se, ou não, na gestão educacional e escolar.

A mobilização proposta pelo PNAIC, trás a necessidade de articulação entre os entes federados e aponta o propósito de evitar, ou melhor, erradicar o fracasso escolar que se

perpetua historicamente nas camadas sociais menos privilegiadas, além de garantir a toda criança brasileira, os direitos de aprendizagem e formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, como prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

O Pacto articula o governo em suas esferas, federais, estaduais e municipais, junto com os segmentos de gestores, educadores e toda a sociedade, considerando-os agentes no desafio de alfabetizar toda criança brasileira até os oito anos de idade.

Com vistas a um estudo local mais sistematizado sobre o Pacto, e com intuito de compreender esta política educacional e social, de esfera federal, entendida com macro, e a esfera local Unidade educacional como micro, situado no Município de Dourados, que aderiu ao programa, transcorrendo uma ação política que temos intenção em arguir no processo desta convenção.

O referencial teórico que dará embasamento ao estudo está pautado no conceito de política de Palumbo (1994) e Vieira (2009), de Estado e Governo em Hofling (2001), de alfabetização em Mortatti (2000) e Soares (2006), de política educacional em Aranda (2009) e Dourado (2009, 2010), entre outros.

Na atual pesquisa, que tem como objeto o Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa, os referidos autores serão citados por meio do registro das contribuições teóricas que incidem e discutem sobre o tema central do objeto que é a Política Pública.

Ainda com o propósito de entender o histórico na construção do PNAIC como Política Pública de Educação, tratando da parte Documental os estudos serão realizados com vistas na Legislação, Normativas, Medidas Provisórias e Projetos de Leis que sistematizaram a implantação do programa. Os documentos nacionais como a Constituição Federal, 1988 e a Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB, 1996 darão embasamentos legais e serão estudados paralelamente sempre que se fizerem necessários, como subsídios dos objetivos propostos para a efetivação de garantias de direitos da criança no que se refere à educação.

A pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa-ação fundamentam metodologicamente o estudo efetivado, registrando a discussão sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa destacando, quais as suas perspectivas quanto à alfabetização e buscando um entendimento das intencionalidades de uma política tão abrangente.

A pesquisa bibliográfica é apontada por Gil (2008, p. 44) como: “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Para embasamento teórico o estudo documental, encontrando nas legislações e pareceres nacionais fontes de explicações para entendimento de determinadas políticas, Gil (2008, p. 45-46) explica as vantagens dessa técnica:

A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica.

As técnicas utilizadas neste trabalho serão: observação e entrevistas. O planejamento da observação bem como do questionário que será utilizado no mento da entrevista será de competência da Secretaria de Educação de Dourados (SEMED) com base na formação continuada ministrada aos professores alfabetizadores em relação à realização das tarefas propostas nesta formação. Os executores da observação e do registro no momento da entrevista serão os Orientadores de Estudos (OE). A observação ocorrerá nos momentos de visitas nas Unidades Educacionais e de entrevistas com diretores, coordenadores e professores alfabetizadores. O material obtido com as observações e entrevista será organizado e analisado por esta pesquisadora para fins de pesquisa com a autorização da SEMED.

Ludke e André (1986) apontam instrumentos válidos nas investigações e no caso faz-se destaque para a observação:

[...] a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática. Isso implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador.

Planejar a observação significa determinar com antecedência ‘o que’ e ‘o como’ observar. A primeira tarefa, pois, no preparo das observações é a delimitação do objeto de estudo. (p.25)

[...] Usada como o principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta, a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens. (p.26)

E sobre a entrevista:

[...] A entrevista apresenta um dos instrumentos básicos para a coleta de dados, é uma das principais técnicas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisa utilizados pelas ciências sociais. É importante atentar para o caráter de interação que permeia a entrevista. (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p.33).

O presente estudo está assim estruturado. A primeira parte intitulada “A Política Educacional de Alfabetização e a Introdução do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade” intenciona voltar o olhar para uma breve retrospectiva sobre as políticas de alfabetização no Brasil, revendo seus marcos principais, as metas impetradas por meio dos organismos de financiamentos internacionais, perpassando por um breve relato da organização histórica das legislações que diretamente organizaram a educação e as principais políticas educacionais com foco na alfabetização que se destacam até chegar à consolidação do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa.

A segunda parte intitulada “O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e Sua Implantação nas Escolas Públicas Municipais de Dourados”, pretende relatar as etapas de elaboração da política, a organização no Estado do Mato Grosso do Sul, até sua implantação no município de Dourados-MS.

No terceiro momento, “Expectativas da Gestão Local para Política de Incentivo a Qualidade de Ensino na Alfabetização: Pacto Nacional Pela Alfabetização Na Idade Certa” descrever o relato dos registros de entrevista realizado com os envolvidos no programa, na cidade de Dourados: Gestores, coordenador pedagógico e professores alfabetizadores das escolas locais, apontando suas expectativas em relação a esta política recente que é o Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa.

I. A INTRODUÇÃO DO PNAIC NA POLÍTICA EDUCACIONAL

A parte aqui sistematizada tem como objetivo discorrer sobre o tema da alfabetização no processo histórico mais recente, destacando-o na política educacional com vistas a registrar a introdução do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

Assim, optou-se pela seguinte organização das sessões: a primeira apresenta conceitos sobre a política educacional como uma política pública, a segunda se detém nas políticas para a avaliação e finaliza com apontamentos sobre a introdução do PNAIC como uma política educacional que busca atender às necessidades do momento histórico, o que remete a definição de uma meta que define a alfabetização da criança até os oito anos de idade, ou seja, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

1.1 A Política Educacional

A educação, direito de todos os brasileiros, como consta na Constituição Federal, Artigo 205, trás como responsabilidade ou dever do Estado em garantir aos seus cidadãos o acesso à mesma (BRASIL, 1988). As ações políticas do Estado brasileiro expressa por meio da implementação e manutenção do governo nas suas esferas, federal estadual e municipal.

Para a compreensão sobre o Estado e Governo as contribuições de Hofling são importantes:

[...] é possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes - como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (HOFLING, 2001, p. 31).

O Estado é um conjunto de instituições que visam possibilitar e proporcionar ações voltadas à sociedade, que zelem pela ordem pública favorecendo o desenvolvimento econômico, social, político e educacional e por meio do governo organiza-se a elaboração, implantação e implementação das políticas públicas.

Como descreve Höfling (2001, p. 31):

As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais.

Entendendo a Política educacional como um recorte das Políticas Públicas, as contribuições de Palumbo (1994 *apud* ARANDA, 2011, p. 2) são de fundamental importância no estudo em pauta:

A política educacional presente hoje nas relações sociais é um alvo em movimento, é um processo ou uma série histórica de intenções, ações e comportamentos de muitos participantes. Por isso é complexa, invisível, alusiva, dinâmica, normativa, contraditória e conflitual. Manifesta-se nas estratégias utilizadas pelos governantes, cujo conteúdo referencia princípios e diretrizes constitucionais, prioridades, objetivos e metas, meios, organização administrativa e operacional, população alvo e seu papel. Tem como suportes declarações, leis, regulamentos, planos, projetos, programas.

Como citado acima, as políticas públicas são ações voltadas aos cidadãos com intenção de materializar os direitos garantidos em leis. Com vistas na história da educação brasileira, os fatos dão conta que nem todos desfrutam desses benefícios, inclusive quando se trata da política educacional.

Segundo Dourado (2007. p. 925):

A constituição e a trajetória histórica das políticas educacionais no Brasil, em especial os processos de organização e gestão da educação básica nacional, tem sido marcadas hegemonicamente pela lógica da descontinuidade, por carência de planejamento de longo prazo que evidenciasse políticas de Estado em detrimento de políticas conjunturais de governo.

O que pode ser explicado com as políticas educacionais voltadas para alfabetização, que historicamente foram pensadas para atender momentaneamente as necessidades governamentais, se traduzindo em ações elaboradas conforme a intencionalidade de cada governo, diferenciando-se de um projeto forte e que é pensado a longo prazo e que apresenta um planejamento de estratégias e financiamento atendendo a demanda de um país, ultrapassando períodos de governo, caracterizando-se uma política de Estado.

1.2 A implantação do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um Programa (PNAIC), teve como inspirador o Programa de Alfabetização na Idade Certa do estado do Ceará (PAIC). O estado do Ceará teve uma experiência exitosa com o PAIC implantado no estado em 2007³.

Os dados demonstram que o estado do Ceará tinha sérios problemas com alfabetização em 2007 com apenas 30% dos alunos da rede pública com até sete anos em um nível de alfabetização considerado desejável. Após cinco anos de implantação do PAIC, 90% dos estudantes alcançaram nível desejável, conforme o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaeece Alfa)⁴, o PAIC com o auxílio da Undime e da Unicef, conseguiu capilaridade nos municípios, e se concentrou em cinco eixos: gestão da educação municipal, avaliação externa, alfabetização, educação infantil, literatura infantil e formação do leitor, destacou Guerreiro, (2013).

Desde então, o IDEB⁵ do estado para o 4º e 5º ano passou de 3,2, em 2005, para 4,9 em 2011 (o esperado era 4,0). Se em 2007 apenas 15 municípios, de um universo de 184, tinham nível considerado desejável de alfabetização (um deles era Sobral), em 2011 praticamente todos os municípios alcançaram o mesmo patamar (com exceção de cinco, que ficaram no nível "suficiente", segundo mais alto), indo de acordo com que o país estava buscando que era uma programa que trouxesse um rápido resultado. Como comenta Idevaldo Bodião⁶, os rápidos resultados da iniciativa foram o principal atrativo para o Ministério da Educação (MEC).

Com a troca de ministros, era preciso encontrar um programa rápido e urgente que desse resultado imediato. E não é fácil propor, gerar e criar um programa para aplicá-lo nacionalmente e que tenha resultados em um ano ou dois, no máximo. Então, a saída foi encontrar algo que já existia, e que pudesse ter visibilidade e capilaridade (GUERREIRO, 2013, p. 1).

No lançamento do PNAIC para o País, em oito de novembro de dois mil e doze, a presidente⁷ declarou preocupação com o desafio de dar um passo à frente na construção do

³ Governador do estado do Ceará Cid Gomes no mandato de 2006 - 2010.

⁴ Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – Avaliação da Alfabetização.

⁵ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (**Ideb**) foi criado em 2007

⁶ ex-professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, ex-secretário de Educação e Assistência Social de Fortaleza e membro do Comitê Ceará da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

⁷ Presidente do Brasil Dilma Vana Rousseff

desenvolvimento da nação. Na sua fala expressou a importância de ter uma visão consciente de querer o Brasil um País de classe média com igualdade de oportunidades para todos e com a garantia de acesso a mesma oportunidade sem distinção de classe raça ou nível social, e que para tanto, redimensiona urgência em alfabetizar toda criança até os oito anos de idade, somando ao valor estratégico de progresso do País. (VIEIRA, 2012).

Torna-se importante salientar que a educação de qualidade precisa ser bem elaborada, planejada e projetada para que consiga dar conta em tempo futuro de mudanças de concepções e até de paradigmas, segundo Libâneo (2001, p. 73) a “[...] educação é uma prática ligada à produção e reprodução da vida social, condição para que os indivíduos se formem para continuidade da vida social”. Conforme, Martins e Spechela (2012, p.2) “é sabido que uma das maiores riquezas de um país é a educação do seu povo e que uma boa educação começa nas séries iniciais com uma alfabetização de qualidade”. Deste modo, é de suma importância que se invista em políticas públicas para a alfabetização bem formalizadas com compromisso e parcerias não só dos pactuantes, governo federal, estados e municípios, mas também com universidades que tem uma parcela importante na construção do processo educacional sério e de qualidade.

Nosso País desde as décadas de 1980 vem passando por grandes mudanças estruturais na educação.

Nas duas últimas décadas, o Brasil vivenciou mudanças significativas em diversas esferas da vida econômica e social. A organização e a estrutura do sistema educacional, como parte desse contexto mais amplo também passaram por inúmeras transformações expressas tanto na base legal produzida a partir do final da década de 80, como nos contornos que a gestão passou a assumir desde então (VIEIRA, 2003, p. 34).

De acordo com Dourado:

A redemocratização do país, a partir da década de 1980, trouxe mudanças na educação brasileira impulsionadas por mobilização populares que expressam as bandeiras e os princípios da redemocratização da educação da descentralização da gestão, da participação política e da igualdade social (2010, p.70).

Junto a este processo político pelo qual vem se configurando a educação no Brasil nas últimas décadas, estão às demandas de políticas públicas de alfabetização mais recentes, como o Decreto nº. 6.094 de 24 de abril de 2007, Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que descreve no Artigo 2º, parágrafo II o compromisso de alfabetizar toda criança

brasileira até os oito anos de idade, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Em seguida destacamos Projeto de Lei Ordinária (PLO nº. 8.035/2010), Plano Nacional de Educação (decênio 2011–2020), que reafirma na meta 5 (cinco) o compromisso de alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental e por fim o PNAIC, como política pública de alfabetização recente, instituída pela Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012 que formula a política e se configura como uma política inovadora, por não haver registro em nosso país em tempos remotos de uma política desta amplitude.

1.3 A Política de Alfabetização

Fazendo uma breve retrospectiva sobre o processo educacional brasileiro, e sobre a construção do processo inicial de leitura e escrita, chamado de período de alfabetização, no decorrer da colonização e período imperialista, vamos compreender que antes da república não tínhamos um sistema escolar público constituído, pois, por não ser importante para monarquia, leitura e escrita eram feitas nos lares com aulas particulares, como destaca Mortatti (2006):

A leitura e a escrita — que até então eram práticas culturais cuja aprendizagem se encontrava restrita a poucos e ocorria por meio de transmissão assistemática de seus rudimentos no âmbito privado do lar, ou de maneira menos informal, mas ainda precária, nas poucas ‘escolas’ do Império (‘aulas régias’) — tornaram-se fundamentos da escola obrigatória, leiga e gratuita e objeto de ensino e aprendizagem escolarizados (p. 3).

Segundo Villalta (1998), esta organização de ensino com aulas régias se destaca a partir de meados do século XVIII quando no Brasil houve uma política de difusão da língua portuguesa em detrimento das línguas gerais que compreendiam as muitas línguas indígenas e africanas unidas a algumas línguas europeias. Esta política se apoiava nas práticas jesuíticas de educação, que visava facilitar as atividades tanto confessionais como também os ensinamentos religiosos.

De acordo com Xavier, Ribeiro e Noronha (1994); no período Imperial a instrução das primeiras letras se dava nos lares com responsabilidade total da família, mas ainda como

privilégio das elites dominantes. Após a lei Saraiva em 1881, nos marcos para alfabetização que passa a ter maior importância por estar vinculada ao direito de voto, e quesito necessário para concorrer a cargos eletivos. Com os novos critérios apontados pela lei, a pessoa analfabeta e pobre estava excluída do direito de voto, motivo pelo qual muitos intelectuais insistissem em afirmar que esta nova condição compelia o poder público a comprometer-se com a instrução elementar que até aquela época era tratada com descaso.

Após a Proclamação da República em 1889, o ensino da leitura e da escrita passa a ser considerado estratégico para formação do cidadão e para desenvolvimento social, de acordo com os ideais do regime republicano o analfabetismo era considerado problema político devido à proibição do voto a analfabetos. Nesse momento o ensino da leitura e da escrita passa a ser incumbência da escola.

A reorganização do Estado devido ao advento da República, assim como a urbanização do país, foram fatores decisivos para a criação de novas necessidades para a população, o que possibilitou que a escolarização aparecesse como meta almejada pelas famílias que viam nas carreiras burocráticas e intelectuais um caminho mais promissor para seus filhos (GHIRALDELLI JR, 2001.p.16).

Em 1917 surge o termo alfabetização e do final do século XIX ao início do século XX a alfabetização é pensada para recuperação da República dos sonhos e o analfabetismo é tratado como problema social, cultural e econômico, o analfabeto é considerado incapaz e a causa é o analfabetismo.

Nas décadas que antecederam a Proclamação da República brasileira, o ensino e aprendizagem iniciais da leitura e escrita começaram a se tornar objeto de preocupação de administradores públicos e intelectuais da Corte e de algumas províncias brasileiras, especialmente São Paulo. Entretanto, foi somente a partir da primeira década republicana, com as reformas da instrução pública, especialmente a paulista, que as práticas sociais de leitura e a escrita se tornaram práticas escolarizadas, ou seja, ensinadas e aprendidas em espaço público e submetidas à organização metódica, sistemática e intencional, porque consideradas estratégicas para a formação do cidadão e para o desenvolvimento político e social do país, de acordo com os ideais do regime republicano (MORTATTI, 2010, p.330).

O ensino da leitura e da escrita, de separado, passa a ser simultâneo, aparece então a questão de métodos e segundo Mortatti (2000), a história do ensino da leitura e da escrita na

fase inicial da escolarização de crianças no Brasil, desde o século XIX, passou por quatro momentos cruciais, cada um deles marcados por um novo sentido atribuído à alfabetização.

O primeiro momento (1876 a 1890) se caracteriza pela disputa entre os partidários do *novo* método da palavrção e os dos *antigos* métodos sintéticos (alfabético, fônico, silábico); o segundo momento (1890 a meados dos anos de 1920) é marcado pela disputa entre os defensores do *novo* método analítico e os dos *antigos* métodos sintéticos; o terceiro momento (meados dos anos de 1920 a final dos anos de 1970) é notável pelas disputas entre defensores dos *antigos* métodos de alfabetização e os dos *novos* testes ABC para verificação da maturidade necessária ao aprendizado da leitura e escrita, do que decorre a introdução dos *novos* métodos mistos; o quarto momento (meados de 1980 a 1994) marca-se pelas disputas entre os defensores da *nova* perspectiva construtivista e os dos *antigos* testes de maturidade e dos *antigos* métodos de alfabetização. Como o ano de 1994 indica apenas o encerramento daquela pesquisa, uma vez que esse quarto momento da história da alfabetização no Brasil se encontra ainda em curso, em livro e em artigos posteriores (MORTATTI, 2004, 2007, 2008), apresentei ensaios de continuidade da abordagem das características mais recentes desse momento, incluindo, respectivamente, os principais aspectos envolvidos na introdução, em nosso país, do termo *letramento* e as discussões mais recentes sobre o método fônico (MORTATTI, 2010, p. 330).

Segundo Ghiraldelli Jr. (2001. p. 20), vale enfatizar que todas “as pedagogias que se organizaram na República tiveram de enfrentar ou assimilar os preceitos de uma herança pedagógica constituída pela pedagogia jesuítica”. Ainda Frago (1993. p. 30) menciona os estudos desenvolvidos por Cipolla, ao final da década de 1960 na Europa, que aponta uma interessante relação, qual seja, a percepção de que o índice de alfabetização era maior em países protestantes, que cultivavam a leitura bíblica, a partir dos escritos dos líderes da reforma religiosa, em língua vernácula, do que nos países católicos, que colocavam a ênfase em outras formas de proselitismo como a imagem, a oralidade da confissão e do púlpito, dos ritos, símbolos, liturgia e não estimulavam as leituras pessoais, familiares ou mesmo coletiva com o objetivo de salvaguardar seus conhecimentos e posicionamentos diante da política do país.

Ainda de acordo com Mortatti (2006, p. 330):

A partir dos anos de 1930, com o processo de unificação, em nível federal, de iniciativas políticas em todas as esferas da vida social, a educação e, em particular, a alfabetização passaram a integrar políticas e ações dos governos estaduais como áreas estratégicas para a promoção e sustentação do desejado desenvolvimento nacional.

Conforme explica Silva (2012), no período pós 2ª guerra mundial (1939 – 1945), os organismos financeiros internacionais se tornam presentes nos acordos e tratados realizados para diminuição de conflitos entre países, os governos se unem para resolverem questões que ultrapassam fronteiras e territórios, provocando a necessidade da criação de instituições de abrangência internacional para regular as complexas relações de cooperação econômica, financeira, política, ambiental e técnica que estivesse acima dos estados. Os Estados Unidos assume então a liderança das principais instituições como Banco Mundial; Banco Internacional de Desenvolvimento Fundo Monetário Internacional, este movimento, daí em diante, valorizava o processo de ler e escrever por diferentes finalidades.

Esse cenário internacional em recomposição permitiu o surgimento de outras instituições políticas e financeiras, agências de créditos e organizações que atuam nas decisões de políticas para educação dos países por meio de acordos ministeriais, pondo em marcha políticas sistêmicas dentro do país (SILVA, 2012, p. 72).

No cenário mundial, ainda conforme Silva (2012), a partir da década de 1960/70 com a crise do capital os governos nacionais pactuam políticas entre Estados, e estes, articulam-se, cada vez mais com os organismos internacionais e agências de financiamento que de maneira sistemática definem as políticas de educacionais. Neste período os governos, ministros, membros de instituições e empresários avaliam com base nas estatísticas, as fragilidades e limitações para competir internacionalmente. A fim de sanar o distanciamento do lucro em relação a outros países, articulam-se para dar potencialidade a seus empreendimentos, apresentam como impedimentos os fatores econômicos e o desenvolvimento baixo da educação da população escolar dos países. Em ação de medida para mudança no quadro os países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 22 de janeiro de 1962 reuniram no Uruguai onde aprovaram o documento chamado *Carta de Punta Del Este*, onde os governos firmaram a intenção de elevar a educação obrigatória dos países envolvidos a fim de obter acordos para setores econômicos.

Ainda seguindo a década de 1970 os governos militares, por meio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (USAID) e acordos MEC- USAID realizam empréstimos externos com Banco Mundial a juros exorbitantes em troca de modificações na política de educação básica e superior, com soluções padronizadas universais para a educação de qualquer país.

Sobre este momento político em nosso país Mortatti (2010, p. 331) comenta:

Especialmente a partir do final da década de 1970, com o fim do regime ditatorial imposto pelo golpe militar de 1964 e com a intensificação da luta pela liberdade política e social do país, a luta pela democratização da educação centrou-se na defesa do direito à escolarização para todos, da universalização do ensino e da maior participação da comunidade na gestão da escola.

Na entrada da década de 1980 com ênfase em 1990, inicia-se um movimento direcionado a políticas que tratam diretamente ao ciclo de alfabetização, grandes acontecimentos que vão alavancar a educação básica.

[...] houve intensa mobilização da sociedade civil por meio de movimentos sociais no campo e nas cidades quando saíram da invisibilidade e exigiram dos governos o seu reconhecimento político e a expansão de direitos sociais: moradia, terra, saúde, transporte, aposentadoria, educação e alimentação. A educação básica pública convivia com índices perversos de reprovação, evasão, abandono, omissão das autoridades, financiamento insuficiente e trabalho docente em condições precárias (SILVA, 2012, p.77).

Durante esse período acontecem dois encontros que marcaram os rumos dos países em desenvolvimento, que até então liam as cartilhas dos organismos de financiamento internacionais, somente para alcançar o investimento desejado afundando-se em dívidas sem obterem avanços nas questões educacionais e sociais e sem nenhuma organização e ajuste econômico interno.

Essas duas reuniões: o Consenso de Washington (1989) e a Conferência Mundial de Educação para todos (1990) são reveladoras das premissas políticas, disciplina financeiras exigida, metas e objetivos a serem alcançadas e rigor na ordem econômica a ser perseguida (SILVA, 2012, p.78).

No que concerne especialmente aos países em desenvolvimento, temos de acordo com Silva (2012, p. 77), “Como marcos internacionais que trouxeram o novo paradigma de direito de todos à Educação”: Relatório de Faure “Aprender a ser: *El mundo de la educación hoy y mañana*” que segundo Silva (2012) preconizou a educação como instrumento para superar a pobreza e deu entendimento de educação para todos ao longo da vida, a Conferência Mundial de Educação para todos em *Jomtien*, Tailândia, e o Relatório de *Jacques Delors* “Educação um tesouro a descobrir” de 1996.

As questões educacionais brasileiras, no que tange as políticas e os seus financiamentos, demonstram estarem entrelaçadas com os objetivos dos organismos

internacionais e a liberação de recursos para manutenção e execução das mesmas, inclusive justificando até mesmo o porquê das formulações de tais políticas.

Há anos proclamam a educação como um dos pilares de desenvolvimento humano; há séculos, milhares de crianças, meninas, mulheres e homens, empobrecidos, continuam alijados dos direitos humanos e sociais elementares, e encurralados em situações de pobreza e miséria. Não faltaram intenções e retórica! (SILVA, 2012 p. 89).

No Brasil, a História da Educação segundo Viera (2009), evidência que nosso País sempre foi pródigo na elaboração de leis, reformas, programas e projetos, mesmo com alguns, nos primórdios, tendo efeitos inócuos. No período do Império o *Ratio Studiorum* expressava um rígido código de conduta, ideias e princípios que deveriam orientar o ensino. Relativas ao Império, Constituição de 1824, a reforma Januario da Cunha Barbosa (1827), o Ato Adicional de (1834), a Reforma Couto Ferraz (1854) e a Reforma Leônico de Carvalho (1878-79). Com o advento da Primeira ou Velha República, em novembro de 1889, vieram a Reforma Beijamim Constant (1890-91), a Constituição de 1891, a Reforma Epitácio Pessoa (1901), a Reforma Rivadávia Corrêa (1911), a Reforma Carlos Maximiliano (1915) e a Reforma João Luis Alves (1925).

De acordo com Vieira (2009), a ampliação do campo educacional e a demanda das escolas deram continuidade à proposição de reformas: a Reforma Francisco Campos (1930), as Leis Orgânicas nas décadas de 1940, a Constituição de 1934 e 1937, a Constituição de 1946, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961. E ainda, com a ditadura militar de 1964, uma nova Constituição em 1967, a Reforma Universitária em 1968, a Reforma do 1º e 2º Grau em 1971. Durante o período de Transição democrática e o fim da ditadura, aprova-se a nova Constituição em 1988 e com ela a expectativa para nova LDB que seria aprovada somente em 1996, e com novos dispositivos legais como a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) em 1996, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 2000, o Plano Nacional de Educação em 2001 com duração e reformulação após dez anos, substituição do FUNDEF pelo FUNDEB em 2007, o PDE em 2007.

Destacamos junto a estes, o Decreto nº. 6.094 de 24 de abril de 2007, que se trata do Plano de Metas Todos Pela Educação, o Projeto de Lei Ordinária nº. 8.035/2010 - Plano Nacional de Educação (2011-2020) e a Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012 que instituiu o Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Como podemos observar é nas últimas décadas que as leis, reformas, projetos e programas se intensificam e se ampliam

como é o caso dos Planos Nacionais de Educação que apesar de não ter a participação efetiva da sociedade, estão elaborados em tempos que não se prendem a tempos de governo.

O breve histórico apresenta o prisma que marca o século XIX como as primeiras iniciativas de políticas voltadas para educação e junto com elas uma intencionalidade ainda que velada de indução e controle das massas populares.

Após uma breve retrospectiva sobre a história do processo de normatização do ensino e a escolarização no Brasil nas duas últimas décadas percebemos que o país vivenciou grandes e significativas mudanças.

No contexto da alfabetização é possível perceber que se trata de uma trajetória ampla e muito complexa onde se derivaram políticas que de acordo com Mortatti, (2000) “tanto naquela época como hoje, a alfabetização é apresentada como um dos instrumentos privilegiados de aquisição de saber e, portanto, de esclarecimento das ‘massas’”.

Tais decisões políticas estão na base de políticas públicas como manifestações sintéticas das relações entre *teoria e ação* do Estado no que se refere ao atendimento às necessidades básicas sociais, como direitos dos cidadãos. (MORTATTI, 2010, p. 331)

Derivada desta política, e com tamanha abrangência o PNAIC traduz-se pelo próprio nome, Pacto, que nos remete ao significado de compromisso, que envolve o governo federal, estadual e municipal e cada esfera articula-se internamente assunto que será discorrido na segunda parte desta produção.

II. O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA – PNAIC E SUA IMPLANTAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE DOURADOS

O objetivo é analisar o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e sua implantação nas escolas públicas municipais de Dourados.

Nesses termos a primeira sessão faz destaque para o propósito e eixos presentes no Documento Oficial que registra o PNAIC e na continuidade se detém na sua implantação nas escolas públicas municipais de Dourados, com ênfase no eixo que trata da formação continuada.

2.1 O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988 e a redemocratização do país muitas mudanças estruturais passam a acontecer especialmente com direcionamento à educação e subjetivamente ao, “direito de todos e dever do Estado e da família” a ser “promovida e incentivado com a colaboração da sociedade” (Art. 205). À família cabe a obrigação em matricular seus filhos no ensino fundamental, sob pena de serem presos se não cumprirem tal incumbência, ao Estado a responsabilidade com o financiamento “sua oferta gratuita para todos” fazendo-se “direito público subjetivo” (Art.208).

Tratando-se da responsabilidade do Estado, Vieira (2009) comenta: este dever é uma atribuição repartida entre as diferentes instâncias governamentais (a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios) e solidificada com base nos princípios firmados na Constituição Federal (Art. 206), e retomados e ampliados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Art. 3º). Estes princípios são importantes uma vez que definem as bases sobre as quais se organizam a estrutura e o funcionamento do sistema educacional e a concretização da educação escolar no espaço definido como escola.

Podemos constatar que a escola é o lugar pensado para uma instrução elementar e para traduzir os ideais políticos, por meio de execução das políticas públicas em determinados momentos. Assim o processo de alfabetização e a centralidade atribuída ao mesmo são traduzidos no âmbito do que hoje denominamos “políticas públicas”, pois se trata de uma ação voltada a garantir direitos sociais por meio Estado. Como define Mortatti:

A alfabetização escolar – entendida como processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita em língua materna, na fase inicial de escolarização de crianças – é um processo complexo e multifacetado que envolve ações especificamente humanas e, portanto, políticas, caracterizando-se como dever do Estado e direito constitucional do cidadão. Em sociedades letradas contemporâneas, essa relação tanto impõe a necessidade de inserção/inclusão dos não alfabetizados no mundo público da cultura escrita e nas instâncias públicas de uso da linguagem, quanto demanda a formulação de meios e modos mais eficientes e eficazes para implementar ações, visando concretizar essa inserção/inclusão, a serviço de determinadas urgências políticas, sociais e educacionais (MORTATTI, 2010, p. 329).

O Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é um programa elaborado pelo governo federal que se utiliza do termo Pacto para demonstrar toda uma articulação entre esfera federal, estadual e municipal, tem como objetivo principal a alfabetização de toda criança brasileira até os oito anos de idade. Ele traz o compromisso de garantir educação para todos, suprimindo uma demanda de baixo nível de alfabetização que vem sendo discutido há algumas décadas no nosso País, como já adiantava Mortatti (2010):

A partir de então, especialmente do início da década de 1980, no âmbito do que denomino *quarto Momento crucial da história da alfabetização no Brasil*, passou-se a questionar, sistemática e oficialmente, o ensino e a aprendizagem iniciais da leitura e escrita, já que nessa etapa de escolarização se concentra (va) a maioria da população brasileira pobre, que fracassa (va) na escola pública e em relação à qual se deveriam focalizar ações públicas (2010, p. 331, grifos da autora).

Desta forma entende-se que o programa configura-se como uma ação política que nasce da demanda de um país que não consegue alfabetizar suas crianças no início de sua escolarização. O Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa, instituído sob a Portaria nº. 867, de 4 de julho de 2012, decorre do compromisso previsto no Decreto nº. 6.094 de 24 de abril de 2007, de alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental está registrado na meta 5 (cinco) explícita no Plano Nacional de Educação decênio (2011–2020), - Projeto de Lei Ordinária (PLO nº. 8.035/2010).

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um acordo formal assumido pelo Governo Federal, estados, municípios e entidades para firmar o compromisso de alfabetizar crianças até, no máximo, 8 anos de idade, ao final do ciclo de alfabetização (BRASIL, 2012).

O PNAIC é um programa integrado cujo objetivo é a alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática, até o 3º ano do Ensino Fundamental, de todas as crianças das escolas municipais e estaduais, urbanas e rurais, brasileiras. Caracteriza-se, sobretudo pela integração e estruturação, a partir da Formação Continuada de Professores Alfabetizadores, de diversas ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas do MEC que contribuem para a alfabetização, pelo compartilhamento da gestão do programa entre Governo Federal, estados e municípios; pela orientação de garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a serem aferidos pelas avaliações anuais.

O Brasil está pronto para concretizar o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Uma ação inédita que conta com a participação articulada do governo federal e dos governos estaduais e municipais, dispostos a mobilizar o melhor dos seus esforços e recursos, valorizando e apoiando professores e escolas, proporcionando materiais didáticos de alta qualidade para todas as crianças e implementando sistemas adequados de avaliação, gestão e monitoramento (BRASIL, 2012, p. 13).

Como consta no documento de apresentação, (Brasil 2012) o PNAIC é constituído por um conjunto integrado de ações materiais e referências curriculares e pedagógicas a serem disponibilizados pelo MEC.

O PNAIC é uma política formulada pelo governo federal com seus pilares firmados nos seguintes eixos: 1. Formação continuada presencial para os professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo; 2. Materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais; 3. Avaliações sistemáticas, e; 4. Gestão, controle social e mobilização (BRASIL, 2012).

2.1.1 Eixo 1 – Formação Continuada

É importante que se invista em políticas de formação continuada dos professores que atuam diretamente no processo de alfabetização, pois investir na formação desses profissionais é investir na qualidade do ensino. “Contínuos questionamentos sobre a qualidade da educação são indicadores do quanto ainda nos falta para compreendermos o fenômeno da educação escolar e particularmente a formação do professor” (MOURA, 2004, p. 257), o qual é a peça fundamental no processo de educação escolar.

A LDB nº. 9394/1996 foi um grande marco no campo da formação continuada, pois trata pela primeira vez sobre o referido tema, define no inciso III, do Artigo 63, que as instituições superiores de educação deverão manter “programas de formação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis” e estabelece em seu artigo 67 que: Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; VI – condições adequadas de trabalho (BRASIL, 1996a).

O Artigo 80 expressa que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de **educação continuada**” (grifo nosso). No artigo 87, §3º, inciso III, discorre sobre o dever dos municípios em “realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício”.

No mesmo ano que a LDB entra em vigor, é criado o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) o qual passa a destinar recursos para a formação de professores.

A Lei nº 9424/96 que instituiu o FUNDEF estabelece que 60% dos recursos deverão ser destinados à remuneração do magistério, e os 40% restante aplicados em ações variadas, dentre elas a formação inicial e continuada de professores (BRASIL, 1996b). O Plano Nacional de Educação - PNE (2001/2011) traz sobre a importância da formação continuada e expressa ser ela: “[...] essencial da estratégia de melhoria permanente da qualidade da educação, e visará à abertura de novos horizontes na atuação profissional [...]”.

O mesmo documento fala sobre as finalidades da formação continuada: A formação terá como finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de seu aperfeiçoamento técnico, ético e político. A formação continuada dos profissionais da educação pública deverá ser garantida pelas secretarias estaduais e municipais de educação, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento e a manutenção dos programas como ação permanente e a busca de parceria com universidades e instituições de ensino superior. A formação continuada relativa aos professores que atuam na esfera privada será de responsabilidade das respectivas instituições (PNE, 2001, p.78-79).

O PNE (2011-2020) traz metas específicas para a formação de professores, dentre elas está o aumento do número de matrículas na Pós-Graduação, de modo a elevar o número de mestres e doutores (Meta 14). A Meta 15 prevê a garantia: [...] em regime de colaboração

entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (PNE 2011 – 2020, p. 120). A Meta 16 prevê a formação continuada de pelo menos metade dos professores que já atuam na educação básica “[...] em nível de pós-graduação lato e *stricto sensu*, garantir a todos formação continuada em sua área de atuação” (PNE 2011-2020, p 121). As metas trazidas pelo PNE evidenciam uma preocupação em investir na formação do professor “Assim, o professor é colocado como elemento chave para incorporar mudanças que transformem a realidade” (PIRES, 2011, p. 10).

No PNAIC o primeiro eixo, Formação Continuada, é oferecido de forma presencial para os Professores Alfabetizadores que recebem incentivo para participar da formação com bolsa⁸ de prevista sob Portaria N° 1.458, de 14 de dezembro de 2012 e Medida Provisória N° 586, de 8 de novembro, que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e dá outras providências.

O programa tem sua organização divulgada em cadernos, sendo eles: cadernos explicativos que apresenta toda a organização e funcionamento do programa, caderno de formação que totalizam oito unidades de Linguagem e oito cadernos de Matemática, cada um com um tema específico que sobre a área de conhecimento que são estudados mensalmente e cadernos de jogos com instruções sobre regras e procedimentos.

O caderno de formação do professor alfabetizador alerta sobre a importância de se estabelecer “[...] política de formação continuada para docentes, gestores e profissionais de apoio à docência [...] e ainda que essas políticas devem ser definidas [...] com base nos resultados das avaliações realizadas e garantir que na formação continuada o cotidiano da sala de aula, ou seja, a prática docente seja objeto central de atenção” (BRASIL, 2012c, p. 13).

O caderno de apresentação sobre a formação do professor alfabetizador vai ao encontro das palavras de Libâneo quando expressa que “a formação do professor não se encerra na conclusão do seu curso de graduação, mas se realiza continuamente na sua sala de aula, onde dúvidas e conflitos aparecem a cada dia”, o mesmo caderno enfatiza, ainda sobre a importância da formação continuada, pois ela dá “[...] a oportunidade de discutir com outros profissionais da educação, o que pode favorecer a troca de experiências e proporcionar

⁸ Total de bolsas = 10 (dez) bolsas anuais.

Valor da bolsa: Professor alfabetizador \$200,00 (duzentos reais)

reflexões mais aprofundadas sobre a própria prática” (BRASIL, 2012c, p. 27) contribuindo, assim para superação de dificuldades.

É evidente que a capacitação dos professores alfabetizadores é a principal medida a ser tomada para que se alcance o sucesso da alfabetização. Porém, existem desafios ao trabalhar com a formação continuada desses profissionais, uma vez que estão envolvidos nesse processo “[...] sentimentos e comportamentos profissionais e pessoais, como o prazer e o desprazer em ser e estar docente” (BRASIL, 2012b, p.12). Ao trabalhar com profissionais em serviço, é indispensável que se considere as questões individuais e sociais desse profissional. É também, um desafio para a formação continuada a questão de que os profissionais já possuem um saber o qual muitas vezes pode e/ou deve ser transformado, melhorado, reconstruído, refeito ou abandonado. O desafio está, portanto, em fazê-los compreender que esses saberes devem, muitas vezes, sofrer modificações, pois a sociedade vive em processo contínuo de transformação, sendo assim o conhecimento também deve acompanhá-la.

2.1.2 Materiais didáticos

Sobre a distribuição de recursos materiais do MEC, voltados para a alfabetização e o letramento serão articulados pela formação por meio do Programa Nacional de Livro Didático – PNLB e Programa Nacional Biblioteca na Escola – PNBE, com materiais didáticos e literaturas. Os materiais serão disponibilizados pelos programas com o fim de subsidiar o trabalho do professor e para o manuseio do aluno, por tanto serão materiais que ficarão em salas de aulas. Aumento da quantidade de materiais didáticos entregues por sala de aula. Como descreve os documentos:

Para tratarmos a alfabetização como um processo que integra a aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética à apropriação de conhecimentos e habilidades que favorecem a interação das crianças por meio de textos orais e escritos que circulam na sociedade, precisamos garantir que a escola disponha de variados recursos didáticos (BRASIL, 2012, p. 17).

Cada Unidade Educacional recebeu acervo de livros paradidáticos, destinado a atender o professor, possibilitando uma mini biblioteca ou um “cantinho de leitura” em cada sala de

alfabetização. Neste acervo cada sala recebeu duas caixas A e B para cada sala de 1º, 2º e 3º ano, além de uma caixa com oitavo dicionário ilustrado e uma caixa de jogos do Centro de Estudo e Educação em Linguagem (CEEL).

As tecnologias devem estar disponibilizadas como soluções digitais de apoio à alfabetização, para tanto a proposta é:

O computador, sem dúvida, é, hoje, um equipamento indispensável no processo de escolarização. O acesso à internet é um direito do cidadão, sendo, portanto, obrigação da escola ajudar o estudante a familiarizar-se com as linguagens presentes nesse ambiente. Além disso, por meio da internet, os alunos têm possibilidade de interagir com textos diversos e com pessoas de diferentes partes do mundo. Ampliam-se, portanto, suas condições de reflexão sobre as culturas e multiplicam-se os materiais textuais a servirem como parte do acervo infantil (BRASIL, 2012, p.18).

O programa não definiu como seria este acesso a computadores e internet, cabendo às escolas esta organização.

Levando em conta que Dourados é a cidade que transcorre o estudo descrito, registra-se que a gestão atual não disponibilizou um professor para as Salas de Tecnologias das escolas do município, como fizeram gestões anteriores. Hoje algumas escolas contam apenas com um estagiário que é responsável pela manutenção dos equipamentos, o que apresentou grande retrocesso para os educandos deste município. Os professores regentes também não recebem desde o ano de 2010, formação continuada para o trabalho com as mídias⁹.

2.1.3 Avaliações sistemáticas

No eixo da avaliação o processo será sistematizado por meio de monitoramento e acompanhamento pelos conselhos de educação e escolares, a avaliação diagnóstica (Provinha Brasil) realizadas pelas próprias redes, com retorno de resultados, no início a ao final do 2º ano, a avaliação externa anual para todos os alunos concluintes do 3º ano, Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, realizadas a fim de apresentarem resultados das Unidades Educacionais, que serão comparados com os registros realizados pelo professor docente na plataforma do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC).

⁹ Observação realizada na visita de Orientadores de Estudos nas escolas e registrado nos formulários.

O SIMEC é uma plataforma do MEC, *on line*, que é alimentada com informações registrada por cada agente envolvido no programa.

O sistema funciona com senha para acesso da plataforma, onde somente cada professor, orientador, coordenador, formador, supervisor e coordenador geral do PNAIC, fazem suas atividades avaliativas e de registros. No caso o professor alfabetizador avalia o seu Coordenador do Município, seu Orientador e o Tema estudado, além de registrar dados da sua turma na aba aprendizagem da turma, sendo utilizados estes registros como comparativo para os resultados da avaliação de desempenho geral de cada turma de terceiro ano aplicado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP).

O Orientador de Estudo avalia seu Formador, seu Coordenador municipal, o tema estudado junto a Instituição de Ensino Superior (IES) e os cursistas cadastrados na sua turma, que são os professores alfabetizadores.

Dentre os instrumentos que os profissionais usam para obter informações sobre as crianças, a Provinha Brasil – instrumento de avaliação diagnóstica disponibilizado pelo MEC a todos os sistemas de ensino – oferece sugestões acerca dos conhecimentos a serem avaliados, bem como propostas de registro do perfil da turma. A proposta pode servir de exemplo para a elaboração de outros instrumentos de registro e de arquivamento dos trabalhos realizados pelas crianças. Os portfólios, os diários de aprendizagem, os cadernos de registro são alguns modos de protocolar e acompanhar a progressão dos meninos e das meninas (BRASIL, 2012, p.24).

Como esclarece o documento é prevista uma avaliação formativa para criança e o professor, envolvendo todo o processo de ensino e aprendizagem:

É necessário ressaltar, ainda, que não apenas os estudantes precisam ser avaliados, mas também os docentes, as equipes de coordenação pedagógica, os programas desenvolvidos pelas secretarias, o próprio documento de orientações curriculares, dentre outros. A avaliação, portanto, deve ser encarada como um processo de pesquisa, no qual os integrantes da escola analisam as condições de ensino e de aprendizagem e estabelecem estratégias para melhorar a qualidade do trabalho realizado com as crianças (BRASIL, 2012, p. 24).

2.1.4 Gestão, controle social e mobilização

No quarto e último eixo de suporte do programa, gestão, controle social e mobilização são concebidas como concretização das ações ou das políticas elaboradas com o

objetivo de atender a demanda que se expressa no Pacto que é garantir que toda criança brasileira seja alfabetizada até os oito anos de idade ao final do terceiro ano. A gestão, o financiamento e o controle definidos pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa se expressam no compromisso assumido na união dos entes federados e é garantido o apoio técnico e financeiro, realizado com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, por meio da Medida Provisória de Nº 586 de novembro de 2012, que cita:

Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, com a finalidade de promover a alfabetização dos estudantes até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental da educação básica pública, aferida por avaliações periódicas.

Art. 2º O apoio financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa será realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, e ocorrerá por meio de:
I - suporte à formação continuada dos professores alfabetizadores; e
II - reconhecimento dos resultados alcançados pelas escolas e pelos profissionais da educação no desenvolvimento das ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

§ 1º O apoio financeiro de que trata o inciso I do **caput** contemplará a concessão de bolsas para profissionais da educação, conforme categorias e parâmetros definidos em ato do Ministro de Estado da Educação, e o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos, entre outras medidas (BRASIL, 2012).

A definição do financiamento é ponto muito importante para execução de uma política educacional ampliada e a organização dos seus agentes também partilha da mesma urgência:

O arranjo institucional proposto para gerir o Pacto é formado por quatro instâncias: i) um Comitê Gestor Nacional; ii) uma coordenação institucional em cada estado, composta por diversas entidades, com atribuições estratégicas e de mobilização em torno dos objetivos do Pacto; iii) Coordenação Estadual, responsável pela implementação e monitoramento das ações em sua rede e pelo apoio à implementação nos municípios; e iv) Coordenação Municipal, responsável pela implementação e monitoramento das ações na sua rede (BRASIL, 2012).

Com as funções e atribuições bem definidas entre os entes federados nas ações de gestão, cabe ao Ministério da Educação – MEC de acordo com o caderno explicativo (Brasil, 2012), promover parceria com as instituições públicas de ensino superior (IPES) que serão responsáveis pelas formações; conceder bolsas; fornecer os materiais didáticos; distribuir a Provinha Brasil; aplicar as avaliações externas.

A incumbência dos estados, Distrito Federal e municípios ao aderir ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é:

II. Gerenciar e monitorar a implementação das Ações do Pacto em sua rede. **III.** Fomentar e garantir a participação dos professores alfabetizadores de sua rede de ensino nas atividades de formação, sem prejuízo da carga horária em sala de aula, custeando o deslocamento e a hospedagem, sempre que necessário. **IV.** Indicar os orientadores de estudo de sua rede de ensino, e custear o seu deslocamento e a sua hospedagem para os eventos de formação. **V.** Promover a participação das escolas da sua rede de ensino nas avaliações externas realizadas pelo Inep junto aos alunos concluintes do 3º ano do ensino fundamental. **VI.** Aplicar a Provinha Brasil em sua rede de ensino, no início e no final do 2º ano do ensino fundamental, e informar os resultados por meio de sistema informatizado específico, a ser disponibilizado pelo Inep. **VII.** Designar coordenadores para se dedicarem ao programa e alocar equipe necessária para a sua gestão, inclusive em suas unidades regionais, se houver. **VIII.** Monitorar, em colaboração com o Ministério da Educação, a aplicação da Provinha Brasil e da avaliação externa, a entrega e o uso dos materiais de apoio à alfabetização. **IX.** Disponibilizar assistência técnica às escolas com maiores dificuldades na implementação das ações e na obtenção de resultados positivos de alfabetização. **X.** Promover a articulação do programa com o programa Mais Educação, onde houver, priorizando o atendimento das crianças do 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental como garantia de educação integral e complementação e apoio pedagógico àquelas com maiores dificuldades. No caso dos estados, espera-se ainda que viabilizem o funcionamento da coordenação institucional no estado e apoiem os municípios com maiores dificuldades (BRASIL, 2012, p.38).

Como ferramenta de monitoramento o PNAIC conta com o SIMEC. Todos os envolvidos nesta iniciativa poderão registrar e acessar informações sobre o andamento dos cursos nos estados, municípios e escolas, incluindo registros de presença, realização das atividades planejadas, informações sobre o progresso dos alunos além deste sistema, outras ferramentas estarão disponíveis para acompanhar o Pacto, como portais de informação, encontros sistemáticos, publicações e outros recursos dedicados ao tema:

Ainda neste eixo, destaca-se a importância do sistema de monitoramento que será disponibilizado pelo MEC, destinado a apoiar as redes e a assegurar a implementação de diferentes etapas do Pacto. Por fim, ressalta-se também a ênfase do MEC no fortalecimento dos conselhos de educação, dos conselhos escolares e de outras instâncias comprometidas com a educação de qualidade nos estados e municípios (Brasil, 2012, p 14).

2.2 A implantação do PNAIC nas Escolas Públicas Municipais de Dourados

Dourados é uma cidade de quase duzentos mil habitantes (IBGE 2010), localizada na região sul do Estado do Mato Grosso do Sul, conta uma rede de ensino com quarenta e cinco (45) escolas, sendo vinte e nove (29) urbanas e dezesseis (16) escolas rurais e deste quantitativo de rurais, sete (7) são indígenas. Aderiu ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa no segundo semestre de dois mil e doze. Com as eleições que aconteceram no mês de outubro de dois mil e doze para prefeito e vereadores, novos nomes ocuparam as pastas das secretarias do município no ano de 2013, e a Secretaria de Educação de Dourados – SEMED¹⁰.

QUADRO 1 – QUANTIDADE DE PROFESSORES, SALAS E PARTICIPANTES DO PNAIC NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE DOURADOS

Total de professores da Rede Municipal de Ensino				
<u>Professores</u>	<u>Anos iniciais (1º ao 5º)</u>	<u>Anos iniciais (1º ao 3º)</u>	<u>Que fazem o pacto</u>	<u>Coordenadores que fazem o pacto</u>
2662	<u>1.058 + 26 SALAS MULTISERIADAS</u>	<u>677 + 26 SALAS MULTISERIADAS</u>	<u>413</u> <u>Que recebem bolsa pelo:</u> <u>Pacto 354</u> <u>Município 59</u>	<u>Iniciaram 67</u> <u>Atualmente 27</u>

FONTE: SEMED/2013

O lançamento do PNAIC em Dourados aconteceu no mês de março do ano de dois mil e treze, no anfiteatro da secretaria de administração com presença de professores, diretores, coordenadores e autoridades. No quadro 2 podemos observar como o município de Dourados tem uma Rede de Ensino ampla e com número expressivo de alfabetizadores. Como podemos observar no Quadro 1, é expressiva a quantidade de professores e turmas de alfabetização, considerando os três primeiros anos. A título de informação, apresentamos o Quadro 2, que apresenta em números a situação brasileira em termos de escolas e matrículas.

¹⁰ No ano de dois mil e doze, no mês de julho o PNAIC foi assinado pelo prefeito Murilo Zauith e a pasta da SEMED era ocupada pelo secretário de educação Valteir Betoni, tendo como primeira coordenadora do Pacto para município a senhora Marinete Nelvo. Após as eleições de outubro de dois mil e doze a pasta da SEMED passou a ser administrada por nova secretária de educação a senhora Marinisia Kiyome Mizoguchi, que nomeou a senhora Luci Troian como coordenadora do pacto para Dourados.

QUADRO 2 - NÚMEROS DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL NOS TRÊS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Nº escolas com matrículas no 1º, 2º, 3º ano e multisseriadas/ multietapa	108.733
Nº de turmas do 1º, 2º, 3º ano e multisseriadas/ multietapa	400.069
Nº de matrículas do 1º, 2º, 3º ano e multisseriadas/ multietapa	7.980.786

Fonte: INEP/2013

Retomando, os orientadores de estudo já haviam sido convidados pela administração anterior que seguiu as normas do MEC, para avaliação de cadastro e contratação:

Caso na rede de ensino não estejam disponíveis professores que tenham sido tutores do Pró-Letramento, a Secretaria de Educação deverá promover uma seleção para escolha dos Orientadores de Estudo que considere, além das exigências anteriores (não receber bolsa e ter disponibilidade), o currículo, a experiência e a habilidade didática dos candidatos, sendo que os selecionados devem preencher os seguintes requisitos cumulativos: **I.** Ser profissional do magistério efetivo da rede; **II.** Ser formado em Pedagogia ou ter Licenciatura; **III.** Atuar há, no mínimo, três anos nos anos iniciais do ensino fundamental, podendo exercer a função de coordenador pedagógico, e/ou possuir experiência na formação de professores alfabetizadores (BRASIL, 2012, p. 26).

São atribuições dos orientadores de estudos no PNAIC:

Quanto às atribuições, o orientador de estudo deverá ministrar o curso de formação, acompanhar a prática pedagógica dos professores alfabetizadores cursistas, avaliar sua frequência e participação, manter registro de atividades dos professores alfabetizadores cursistas junto aos educandos e apresentar relatórios pedagógicos e gerenciais das atividades referentes à formação dos professores alfabetizadores cursistas (BRASIL, 2012, p. 25).

O município conta no ano de dois mil e treze com quinze orientadores de estudos divididos em cinco orientadores de terceiro anos (3º ano), cinco orientadores de segundos anos (2º ano) e cinco orientadores de primeiros anos (1º ano), que recebem formação específica pela Instituição de Ensino Superior – IES, responsável pelo Pacto no Mato Grosso do Sul que é a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, sob a coordenação geral da Professora Doutora Regina Aparecida Marques de Souza.

O estado está dividido em cinco polos, e Dourados é um destes municípios polos. Para cada polo é designado um Formador¹¹ mesmo o estado estando dividido em polos as formações para os orientadores de estudos acontecem todos na capital Campo Grande, com um total de 200h em atividades presenciais e semipresenciais.

QUADRO 3 - NÚMEROS DE ENVOLVIDOS NO EIXO DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO BRASIL

COORDENADORES ESTADUAIS	53
COORDENADORES MUNICIPAIS	5424
COORDENADORES DAS IES	78
SUPERVISORES DA IES	170
FORMADORES DA IES	645
ORIENTADORES DE ESTUDO	15.950
PROFESSORES ALFABETIZADORES	317.462

FONTE: MEC/2014

A magnitude do município pode ser aferida pelo número de professores alfabetizadores que estão cadastrado no pacto em Dourados, que é um total de 413 professores. O professor alfabetizador com perfil do programa é o professor efetivo ou contratado da rede, que estava como regente em qualquer ano/série em dois mil e doze e que no ano de dois mil e treze esteja lotado nos 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental, este receberá uma bolsa do Pacto, que será paga pelo FNDE, via Sistema Geral de Bolsa – SGB, outros professores que estão nos referidos anos, porém não estão cadastrados no Censo de dois mil e doze, poderão fazer a formação, mas sem o recebimento de bolsa pelo Pacto. Mediante este critério o município de Dourados tomou a decisão de pagar bolsa no mesmo valor do PNAIC, a estes professores que não são efetivos ou que não estavam no censo de dois mil e doze, porém no ano atual estão como regente em sala de alfabetização.

Outra incumbência que Dourados assumiu, foi em convidar todo coordenador de séries de alfabetização com pagamento de bolsa no mesmo valor do professor alfabetizador, para fazer a formação do Pacto junto com professores alfabetizadores, mesmo não tendo esta orientação ou normatização do MEC, mas, a SEMED, por meio de sua coordenação, concebeu como produtivo e relevante para o processo de formação do professor alfabetizador, ter o coordenador pedagógico, a par das ações e encaminhamentos realizados na formação.

¹¹ No polo de Dourados a formadora responsável é Professora Doutora Thaise da Silva – UFGD.

A formação no município no ano de 2013 foi realizada na Escola Municipal Maria da Rosa Antunes Câmara, com turmas nos dias de semana (terças e quintas-feiras) e turmas no sábado, organizado pela coordenadora local do pacto. O acompanhamento da formação foi coordenado pelos responsáveis tanto da esfera municipal quanto da estadual, pela coordenadora geral do Pacto, nos municípios, pela coordenadora local, as formações e aplicação de atividades dos professores alfabetizadores realizada pelos orientadores de estudos.

III. EXPECTATIVAS DE DIRETORES, COORDENADORES PEDAGÓGICOS E PROFESSORES ALFABETIZADORES SOBRE O PNAIC

Por fim destacam-se neste trabalho as expectativas dos diretores, coordenadores pedagógicos e professores alfabetizadores de escolas municipais de Dourados quanto à implantação do PNAIC, a partir da fala dos envolvidos registradas em roteiros de entrevistas¹² elaborados pela coordenação do PNAIC no município e aplicado pelos orientadores de estudos. Com base no roteiro de entrevistas desenvolvemos um quadro de análise separando segmentos e categorias.

As categorias apresentadas no roteiro de entrevistas foram: os pontos de vista em relação ao PNAIC, expectativas, consciência dos objetivos e metodologia do PNAIC, materiais, motivação dos professores quanto à formação, pontos positivos e pontos negativos.

Optamos por apresentar fatores que implicaram nas visitas e entrevistas realizadas e no segundo item nos deter sobre a categoria “expectativas” dos profissionais envolvidos registradas pelos orientadores de estudos.

3.1 Os Orientadores de estudos e acompanhamento nas escolas

O PNAIC foi apresentado pelo coordenador do programa no município aos gestores, coordenadores pedagógicos e professores alfabetizadores no mês de março de 2013, e no mesmo mês iniciou a formação continuada com os professores alfabetizadores do município de Dourados.

No PNAIC os orientadores de estudos são os responsáveis por organizar a formação continuada dos professores alfabetizadores e de acompanhar a prática pedagógica dos professores com relação à aplicação das atividades estudadas e aplicadas em salas de aulas. Este acompanhamento se deu por meio de visitas e observação nas escolas.

A formação no município aconteceu de forma simultânea com a formação dos Orientadores de Estudos, que foram a Campo Grande, capital do estado, em cinco encontros que dividiram no primeiro de quarenta horas (cinco dias) e nos outros quatro encontros com formação de vinte quatro horas (três dias).

¹² CF ANEXOS 2, 3 E 4.

No início a formação em Dourados teve como princípio explicar as diretrizes que formulavam a política do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e de firmar o objetivo principal desta política que a garantia dos direitos de aprendizagem nas áreas de conhecimento de Língua Portuguesa nos eixos de leitura, escrita, oralidade e produção textual.

A formação foi dividida com estudo de oito cadernos com os temas que discutiram infância, criança, inclusão, diversidade, currículo, avaliação, planejamento, apropriação do sistema de escrita alfabética, jogos, brinquedos, brincadeiras, direitos de aprendizagem, formação leitora, literatura infantil e gênero textual no ciclo de alfabetização. Os cadernos foram divididos em unidades e as unidades em horas de estudos que variavam entre oito e doze horas. A proposta da formação contava com horas para planejamento e aplicação de atividades nas salas de aula que seriam acompanhadas pelos orientadores de estudos.

Como o PNAIC está em processo de implantação nas escolas públicas o município de Dourados, a SEMED, por meio de sua coordenação organizou a primeira visita dos orientadores de estudos nas escolas municipais com um roteiro de questões para entrevistar os gestores, coordenadores e professores alfabetizadores e para acompanhar e registrar o andamento do processo de implantação nas Unidades Educacionais.

3.2 O posicionamento dos Gestores, Coordenadores e Professores Alfabetizadores quanto a Implantação do PNAIC em Dourados

Por Dourados ser uma ampla rede de ensino, a coordenação, juntamente com os orientadores de estudo, organizou tempo destinado à visita no mês de setembro de dois mil e treze nas escolas municipais. Por meio de Comunicação Interna (CI Nº 226/2013) a coordenação do PNAIC informou as Unidades de Ensino sobre as visitas. As visitas foram organizadas com o objetivo de obter informações diversas a respeito da implantação do PNAIC no município e por ser uma recomendação da IES como tempo de atividades extras contadas como hora de formação.

Para a visita e entrevista a SEMED organizou um roteiros de entrevistas com questões pertinentes ao andamento do processo. As questões eram verbalizadas pelo orientador de estudo de forma interativa com gestores e professores, e as respostas iam sendo registradas pelos orientadores, ao final do dialogo os diretores, coordenadores liam o documento para averiguarem se o conteúdo estava de acordo com as respostas que eles haviam verbalizado, em seguida assinavam como demonstração de ciência do documento.

A princípio foram visitadas vinte escolas e na maioria delas, foram entrevistados diretores, coordenadores pedagógicos e professores alfabetizadores.

As questões variavam em suas categorias, desde as expectativas frente ao processo, metodologias a materiais didáticos enviados pelo PNAIC entre outras.

Com a entrevista foi possível a SEMED, entender e nortear rotas para continuidade da formação, da efetivação e implantação no PNAIC.

Nas entrevistas muitas categorias foram observadas, mas destacada como categoria primordial neste trabalho, as expectativas de gestores e professores alfabetizadores frente ao processo nas escolas municipais de Dourados, uma vez que o programa é muito recente.

Antes de pontuá-las, é preciso fazer um entendimento do significado da palavra "expectativa". Dentre os conceitos presentes no dicionário UNESP, a definição que mais se encaixa com o referido assunto é a de que a palavra expectativa se trata de “[...] esperança; probabilidade [...]” (UNESP, 2011 p.1064). O dicionário Novíssimo Aulete traz dentre suas definições sobre expectativa a seguinte: “que se espera ou que se acredita que vai acontecer no futuro [...]” (NOVÍSSIMO AULETE, 2011, p.1058). “Falar em expectativas é falar de esperança no futuro” (GADOTTI, 2000, p.4). Entende-se, portanto, que expectativa é algo que se almeja, algo que se espera que aconteça.

Compreender o que gestores e professores esperam para o futuro em relação ao PNAIC torna-se imprescindível para efetivação da política, pois é dentro da Unidade Educacional que de fato a política se estrutura e acontece.

Assim, com maior clareza sobre o significado da palavra, apresentamos a seguir quais as expectativas frente o PNAIC. Para fazer o relato das entrevistas utilizaremos números para reportar as escolas, preservando a imagem de cada instituição. Assim seguem-se os registros organizados nos quadros abaixo organizados.

QUADRO 04 - EXPECTATIVAS DE DIRETORES SORE O PNAIC

ESCOLAS	EXPECTATIVAS
1	A expectativa é que os alunos estejam no terceiro ano alfabetizados com foco no letramento.
2	Espero que o IDEB melhore e que as crianças desenvolvam a habilidade de ler, de interpretar e de produzir textos e na matemática sejam capazes de resolver problemas do cotidiano que utilizem as quatro operações.
3	É que esse treinamento possa melhorar o desempenho, melhorar o aprendizado.
4	Os encontros possibilitam a socialização, a troca de interação, compartilhamento de ideias, portanto estão atendendo as expectativas.
5	Esperamos que continuem melhorando e incentivando os professores com as formações.
6	Que realmente esta proposta consiga ter grandes avanços na aprendizagem dos

	alunos.
7	Expectativa é que todos os alunos aprendam e que o acompanhamento seja efetivo e contínuo.
8	Nossas expectativas são grandes já que nossos professores estão demonstrando bastante interesse no uso dos materiais e aplicação de tarefas.
9	É uma proposta rica, abrangente com trabalho qualitativo e se bem compreendida e praticada pode contribuir para bons resultados e melhoria na qualidade da alfabetização e letramento.
10	Minhas expectativas são de que os profissionais coloquem de fato colocar toda essa prática toda essa formação que estão recebendo para que o objetivo seja alcançado.
11	
12	O programa poderia ter vindo a mais tempo.
13	
14	A escola nunca deve perder de vista a função social que tem diante da sociedade, que de ensinar com propriedade a criança a ler, produzir, interpretar, socializar seus saberes. Enfim que cada ano desenvolva nos alunos o que lhe é devido para aquela fase. As capacidades básicas precisam ser efetivadas para que um ano não deixe para o outro cumprir o que lhe era devido.
15	Espero que essa capacitação venha para rever a ementa curricular, visto que o primeiro e segundo ano (1º, 2º) atendem crianças com idades diferenciadas de cinco (5) e oito (8) anos. Tenho expectativa que o Pacto venha sanar essa dificuldade quanto ao currículo adaptado para atender essas crianças mais novas.
16	Que haja avanço na aprendizagem dos alunos, que a troca de experiência entre professores venha ajudar o desenvolvimento da metodologia em sala de aula.
17	A esperança é que através da metodologia proposta que nossas dificuldades de aprendizagem sejam acompanhadas pelo Pacto.
18	Com o curso do Pacto para os professores a alfabetização não se resume só em ler e escrever. Com isso as crianças vão chegar ao quarto ano mais seguras com conhecimento para seguir nos estudos dos anos seguintes.
19	
20	

Fonte: Elaborado para este estudo.

A escola, na figura de seus gestores, tem aliados importantes para o processo de alfabetização, por isso o envolvimento dos mesmos com o PNAIC garantirá maior sucesso frente aos objetivos das Unidades Educacionais. A gestão educacional perpassa e articula processos administrativos, pedagógicos e sociais na forma como administra os vários segmentos que compõem a comunidade escolar. Os diretores, figura pivô, para o bom andamento apresentam expectativas positivas em relação ao PNAIC e a fala preponderante é que o programa por meio de suas formações capacite o professor para o exercício da docência qualificando o processo de ensino e aprendizagem no ciclo de alfabetização.

Algumas falas revelam que a falta de políticas direcionadas a alfabetização, como na fala do diretor da escola nº 12.

Faz-se destaque para a fala do diretor da Escola Nº 14:

A escola nunca deve perder de vista a função social que tem diante da sociedade, que é ensinar com propriedade a criança a ler, produzir, interpretar, socializar seus saberes. Enfim que cada ano desenvolva nos alunos o que lhe é devido para aquela fase. As capacidades básicas precisam ser efetivadas para que um ano não deixe para o outro cumprir o que lhe era devido.

Além da expectativa quanto à formação docente, foi possível ver falas que expressam a preocupação com o monitoramento e acompanhamento do programa, preocupação com a identidade das crianças menores que estão no processo de serem educadas ou escolarizadas, preocupação com o currículo dos anos iniciais, treinamentos e busca de resultados.

Segundo Aquino e Aranda (2013) é preciso que a escola saiba da sua importância como instituição educativa, social, política e cultural, por isso “mais do que adotar diretrizes gerais, metas e pactos formuladas do nacional para o local se faz importante preservar sua autonomia na gestão escolar, de modo a não ser mero instrumento estratégico de consecução de reformas educacionais [...]” (ARANDA e BRITO, 2003, p.65).

QUADRO 05 - EXPECTATIVAS DE COORDENADORES PEDAGÓGICOS SOBRE O PNAIC

ESCOLAS	EXPECTATIVAS
1	
2	Que haja investimentos nos recursos didáticos, no educador e na educação propriamente dita. Minhas expectativas frente ao processo é elevar a nota do IDEB e que as crianças ao fim do ciclo consiga ler e interpretar textos e realizar as quatro operações básicas.
3	Expectativa de melhorar o diálogo coordenação-professor, buscando trabalhar visando a melhoria do desempenho acadêmico do aluno e melhorar a segurança do professor.
4	Que a mantenedora estabeleça diretrizes para a coordenação orientar os professores. Disponibilizar materiais e dar subsídio teórico.
5	Esperamos que ao final desta formação melhores ainda mais o índice de aprendizagem.
6	
7	Que o professor realmente coloque em prática o aprendizado, esperamos que o Pacto colabore na adoção de novas metodologias.
8	
9	
10	Nossa expectativa é que esse alunos que ora estão nesse processo futuramente possa desenvolver uma melhor produtividade, competência.
11	Como a escola apresentou em dois mil e doze um quadro de distorção idade /série, espera-se que este quadro mude, contribuindo na aprendizagem dos alunos.
12	Espero que tenha avanço na aprendizagem.
13	As expectativas são grandes com essa proposta que as crianças realmente sejam alfabetizadas/letradas no terceiro ano (3º). Isso acontecendo a aprendizagem nas séries subsequentes ocorrerá com facilidade e correspondendo as expectativas do professor que o acompanha. A proposta veio estimular o trabalho diferenciado para

	desmistificar o trabalho pronto e acabado.
14	Diante do PNAIC vemos que a rede deveria rever seu referencial, pois estão desconectados.
15	A minha expectativa é que cada professora precisa trabalhar em suas turmas, respeitando o nível de conhecimento de cada criança.
16	Que haja aprendizagem dos alunos.
17	A prática do alfabetizador já trabalhar diferenciado e este trabalho sendo acompanhado com cobrança, acredito que irá melhorar.
18	
19	Minhas expectativas são que a alfabetização aconteça realmente na idade certa, visto que muitos alunos chegam ao terceiro ano do ensino fundamental sem saber ler e escrever.
20	Minhas expectativas são que os alunos consigam serem alfabetizados até o terceiro ano e que o professor entenda o processo de alfabetizar letrando.

Fonte: Elaborado para este estudo.

No processo de ensino democrático a gestão escolar tem papel fundamental, por isso fica complexo o entendimento do PNAIC sobre o mesmo. O coordenador pedagógico não foi incluído como participante da formação no programa, ele é citado apenas habilitado a ser orientador de estudo como descreve o livreto de informações do programa.

Os coordenadores pedagógicos das escolas que oferecem um ou mais anos do ciclo de alfabetização e que estejam em exercício na escola, poderão participar do curso de formação, na condição de orientador de estudo ou de professor alfabetizador (se estiver lecionando) e, na respectiva condição, receber a bolsa de estudo (BRASIL, 2012, p. 28).

No município de Dourados a SEMED tomou iniciativa de convidar todos coordenadores a participarem da formação com o recebimento de bolsa, por entender que este profissional está articulado ao exercício da docência, para tanto estar interado da proposta e acompanhar o programa com o professor alfabetizador é crucial.

Analisa Aranda (2013b) que a gestão escolar do processo alfabetizador precisa ser compreendida como um princípio orientador para a ação, no caso, ações da gestão escolar que possibilitam a alfabetização da criança em decorrência da política educacional vigente, buscando analisar ações que abarcam um processo, desde os indicativos para sistematizar uma proposição no tocante à elaboração, implantação, implementação, avaliação e em termos administrativo, pedagógico, político, cultural e de financiamento.

Nas entrevistas do quadro 5 estão registradas as expectativas de coordenadores pedagógicos da rede municipal que participam diretamente da formação e outros que

acompanham os professores nas Unidades Educacionais, mas não participam da formação. A preocupação e expectativa com a melhoria do ensino por meio do PNAIC é observada na maioria das falas dos coordenadores.

As expectativas são grandes com essa proposta que as crianças realmente sejam alfabetizadas/letradas no terceiro ano (3º). Isso acontecendo a aprendizagem nas séries subsequentes ocorrerá com facilidade e correspondendo as expectativas do professor que o acompanha. A proposta veio estimular o trabalho diferenciado para desmistificar o trabalho pronto e acabado (COORDENADOR, ESCOLA Nº 13).

A alfabetização é o pilar da educação, porque permite o individuo encontrar-se dentro da sociedade, essa formação adquirida nos primeiros anos escolares é levada para o resto da vida. Ela envolve na visão de Perez (2008, p. 199) “[...] muitas dimensões tanto no âmbito político, social, cultural, pedagógico como também o econômico e dialógico, onde [...] articula processos individuais e sócio-culturais de apreensão-apropriação das diferentes linguagens presente no mundo contemporâneo”.

As expectativas dos coordenadores pedagógicos registradas vislumbram pressupostos de que o processo de alfabetização ao longo dos tempos não tem alcançado êxito uma vez a ênfase está na preocupação de que o PNAIC venha efetivar a competência leitora da criança. Como aponta Aranda (2001, p. 5).

Na Rede Municipal de Ensino o processo de alfabetização das crianças ainda é um problema em busca de soluções, portanto um objeto que requer muito estudo e pesquisa. Com a Lei nº. 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, que regulamenta o ensino fundamental de 9 anos, cujo objetivo é assegurar a todas as crianças um tempo maior de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem com mais qualidade, contraditoriamente, nos anos iniciais a questão vem mostrando um quadro um tanto quanto crucial.

Outro apontamento observado na Escola Nº 3, mas um tanto equivocado é de que o coordenador espera do programa questões ligadas a sua própria atitude e postura, frente a sua função.

A função formadora, do coordenador precisa programar as ações que viabilizam a formação do grupo para qualificação continuada desses sujeitos, conseqüentemente, conduzindo mudanças dentro da sala de aula e na dinâmica da escola, produzindo impacto bastante produtivo e atingindo as necessidades presentes (CLEMENTI, 2003, p.126).

Algumas falas expressam preocupação e expectativas quanto ao financiamento, melhora do desempenho dos alunos e consecutivamente com resultados de produtividade, necessidade de novas diretrizes para os anos iniciais, metodologias de ensino, revisão do referencial, respeito ao nível da criança e ainda a indagação de qual seria a idade certa para ser alfabetizado?

QUADRO 06 - EXPECTATIVAS DE PROFESSORES ALFABETIZADORES SOBRE O PNAIC

ESCOLAS	EXPECTATIVAS
1	
2	
3	Os encontros possibilitam a socialização, a troca de interação, compartilhamento de ideias, portanto estão atendendo as expectativas.
4	Os encontros atende as expectativas, estão sendo atendidas nos encontros de estudos e apontadas novas formas de a alfabetização.
5	Sugiro que a cada quinze dias o professor tenha tempo para planejar as atividades e colocar a coordenação a par sobre o que está acontecendo.
6	
7	
8	Expectativas dos alunos receberem aulas de reforço, acompanhamento pelos especialistas para ajudar os pais de crianças que apresentam dificuldades na aprendizagem.
9	Que tenha mais tempo para socializar os conhecimentos.
10	É uma nova forma de ver a alfabetização.
11	
12	Deveríamos ter mais tempo na escola para os professores estudarem juntos. Os encontros estão atendendo as expectativas.
13	
14	Sinto falta dos momentos de socialização na escola, apesar de já ter acontecido aqui. A socialização é de extrema e rica importância.
15	Sim está proposta está atendendo minhas expectativas.
16	As propostas têm atendido as expectativas, são muitas informações, textos maravilhosos, só falta tempo para explorar os conteúdos.
17	Sim, atende minhas expectativas principalmente quando tem troca de experiências.
18	Estou muito motivada e sempre estarei, pois a motivação é a válvula propulsora para que o trabalho do professor alcance o objetivo esperado.
19	
20	

Fonte: Elaborado para este estudo.

Os documentos do PNAIC têm o professor alfabetizador como protagonista na formação continuada que é o principal eixo do programa¹³ por entender ser este professor o executor no processo de ensino da alfabetização. De acordo com as informações disponibilizadas no site, a forma de organização de trabalho do professor alfabetizador foi estruturada para permitir a melhoria da prática docente. Por isso, contém algumas atividades permanentes como a retomada do encontro anterior, com socialização das atividades realizadas, de acordo com as propostas, de trabalho em sala de aula, planejadas, análise de atividades destinadas à alfabetização e planejamento de atividades a serem realizadas nas aulas seguintes ao encontro.

Ainda de acordo Brasil (2012, p. 20): “Em primeiro lugar, é fundamental contar com professores alfabetizadores bem preparados, motivados e comprometidos com o desafio de orientar as crianças nesta etapa da trajetória escolar”.

Nos roteiros de entrevistas os professores alfabetizadores demonstram estarem entendendo a proposta do programa quanto a formação continuada, como relata o professor da Escola Nº 10 “É uma nova forma de ver a alfabetização”. E o professor da Escola Nº 4 “Os encontros atendem as expectativas, estão sendo atendidas nos encontros de estudos e apontadas novas formas de alfabetização”. Esta nova forma diz respeito à sistematização do ensino.

A alfabetização ocorre no dia a dia e deve ser voltada para cada um dos alunos. Portanto, o curso tem enfoque sobre os planos de aula, as sequências didáticas e a avaliação diagnóstica, onde se faz um mapeamento das habilidades e competências de cada aluno, para traçar estratégias que permitam ao aluno aprender efetivamente. A formação precisa garantir ainda o aprofundamento dos conhecimentos sobre alfabetização, interdisciplinaridade e inclusão como princípio fundamental do processo educativo (BRASIL, 2012, p. 23 e 24).

Quanto quadro 6, às expectativas e preocupações dos professores das Escolas Nº. 5, 8, 12, 14,16, estão direcionadas para política que requer garantia de tempo para estudo e planejamento, de garantia à recuperação do ensino, socialização de conhecimentos e envolvimento de outros agentes para avaliação de alunos que apresente dificuldade de aprendizagem. Estas expectativas demonstram que o professor alfabetizador compreende que uma política aponta novos caminhos, mas, não é redentora de todos os desafios que envolvem o processo educacional especialmente no ciclo de alfabetização.

¹³ De dois anos com carga horária de 120 horas em cuja metodologia propõem estudos e atividades práticas.

Segundo Freitas e Pott (2013, p.124):

A alfabetização de crianças tem sido historicamente um dos principais desafios da educação brasileira cujo enfrentamento requer intervenções públicas multidimensionais entre as quais políticas voltadas para o processo alfabetizador nas instituições de educação e ensino. Desde o ano 2007, o tema alfabetização tem recebido destaque na agenda educacional nacional e, por conseguinte, requerimentos para as políticas das instâncias subnacionais (municípios, estados e Distrito Federal).

Finalizando registramos que de acordo com as entrevistas de gestores e professores foi demonstrado que estão envolvidos com as ações realizadas no PNAIC, seja de formação, seja de execução de atividades, mas com grande preocupação em obter bons resultados nas avaliações externas, o que pode ser explicado pelas expectativas registradas. Mas o PNAIC está apenas no início de sua implantação e os resultados futuros é que irão mostrar qual a importância deste compromisso em relação ao processo alfabetizador das crianças ao final dos oito anos de idade, porque acima de resultados em avaliações, estão os prejuízos causados ao desenvolvimento educacional da criança brasileira que não tem seus direitos garantidos em lei e não efetivados na prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi apresentar a introdução do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) na política nacional, sua implantação, bem como as perspectivas do mesmo para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, em torno do processo alfabetizador da criança até os oito anos de idade, nas escolas municipais de Dourados.

O pressuposto desta pesquisa partiu do princípio que o PNAIC se expressa como uma política pública educacional recente, com foco no sucesso acadêmico da criança nos três primeiros anos do Ensino Fundamental. Contudo, o histórico vislumbra uma preocupação com os objetivos das políticas, que transitam entre o sucesso do processo alfabetizador da criança até os oito anos de idade e em obter resultado satisfatório nos índices nacionais de alfabetização de toda criança brasileira.

Assim, metodologicamente adotamos a pesquisa bibliográfica e documental e também do instrumento de pesquisa denominado “entrevista” com diretores, coordenadores pedagógicos e professores alfabetizadores, visando efetuar os primeiros registros de expectativas que preponderam em cada segmento: direção, coordenação e docência.

A primeira parte do estudo apresentou o tema da alfabetização no processo histórico mais recente, destacando-o na política educacional com vistas a registrar a introdução do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Diante dos apontamentos, percebeu-se o programa se apresenta como uma política educacional que busca atender às necessidades do momento histórico, o que remete a definição de uma meta que define a alfabetização da criança até os oito anos de idade, ou seja, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

Na segunda parte destaca o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e sua implantação nas escolas públicas municipais de Dourados.

Conseqüentemente ficou evidente que no Pacto, no que tange a esfera local, muitas incumbências ficaram a cargo dos municípios. Portanto acompanhar, observar e registrar o posicionamento de Dourados, a segunda maior cidade do estado do Mato Grosso do Sul, em relação à implementação desta política foi o que nos propomos.

Na terceira parte estão em destaque as expectativas dos diretores, coordenadores pedagógicos e professores alfabetizadores de escolas municipais de Dourados quanto à implantação do PNAIC, a partir da fala dos envolvidos registradas em roteiros de entrevistas.

Foi possível concluir que o PNAIC, por ser um grande propósito nacional que traz em seu bojo uma grande meta que é “alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade” ainda requer muito estudo, pesquisa e reflexão por parte de todos os envolvidos no processo educacional, da Educação Básica à Educação Superior. Muitas questões daí oriundas remetem a necessidade de continuar a pesquisa do tema aqui delineado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de S. **O coordenador pedagógico e o espaço de mudança**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

ARANDA, M. A. de M. **Iniciação à docência em turmas de alfabetização por meio da monitoria: ação, reflexão, ação**. Subprojeto da Licenciatura Pedagogia da FAED/UFGD no PIBID. Edital N°. 001/CAPES, 2011.

ARANDA, Maria Alice de M.; BRITO, Vilma M. O Projeto Político Pedagógico e o Projeto Pedagógico: algumas considerações teóricas e práticas. **REVISTA ARANDÚ** - ano 6, n°. 23. ISSN 1415-482X. Fev./Abri, 2003. p. 61-67.

_____. A política educacional com enfoque na alfabetização da criança. In: SCAFF, E. A. S.; LIMA, P. G.; ARANDA, M. A. de M. (Orgs.). **Política e Gestão da Educação Básica: desafios à alfabetização**. 1ª. Ed.- São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2013. (p. 157-167)

_____. **O PIBID na UFGD: ação, reflexão, ação** In: **ANPAE - XXV - Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação e II Congresso Ibero Americano de Política e Administração da Educação: Políticas Públicas e Gestão da Educação: construção histórica, debates contemporâneos e novas perspectivas**. São Paulo: Biblioteca ANPAE - *Série Cadernos n°. 11*. ISSN 1677- 3862. São Paulo, 2011. (p. 1 – 14)

_____. **O significado do princípio da participação na política educacional brasileira nos anos iniciais do século XXI: o declarado no PPA “Brasil de Todos 2004-2007”**. 236 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, 2009.

_____. **Projeto Pedagógico e Plano de Desenvolvimento da Escola: buscando a distinção**, 2001.78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Campus de Dourados, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2001.

_____. Relação Pós-Graduação e Graduação pela qualidade da Escola Pública: focando para o processo de alfabetização da Criança. In: LIMA, Paulo Gomes & BOSCO, Antônio; _____. **Políticas educacionais e qualidade do Ensino Superior** (Painel) -XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Anais. ISSN 2177-336X. UNICAMP. Campinas: SP, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado, 2008.

_____. Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007. **Regulamenta a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.** Portal da Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República. Brasília: Casa Civil da Presidência da República do Brasil, 2007.

_____. **Lei n.º. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2006.

_____. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** Currículo inclusivo: o direito de ser alfabetizado. Ano 3 Unidade 1, p 28. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

_____. Ministério da Educação. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa.** Currículo inclusivo: o direito de ser alfabetizado. Ano 3 Unidade 1, p 28. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

_____. Ministério da Educação. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa.** Toda criança alfabetizada até 8 anos. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

_____. **Projeto de Lei n. 8.035, de 2010.** Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, e dá outras providências. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 17 dez. 2010.

_____. **Resolução CNE/CEB n. 4, de 13 de julho de 2010.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, seção 1, p. 824.

DERMEVAL, Saviani. **Educação e questões da atualidade.** São Paulo: Cortez, 1991.

DOURADO, L. F. **Plano Nacional de Educação (2011 – 2020) avaliação e perspectivas:** plano nacional de educação como política de estado: antecedentes históricos, avaliação e perspectivas. UFG: 2010.

_____. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil:** limites e perspectivas. Educação & Sociedade, n. 100, 2007. (p. 925)

_____. (Coord.) **Por um Plano Nacional de Educação (2011-2020) como Política de Estado.** Documento - ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro/2011.

_____. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.) **Gestão democrática da educação:** atuais tendências, novos desafios. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **A qualidade da educação:** perspectivas e desafio. CADERNO CEDES, vol.29 n.º 78 Campinas maio/ago. 2009

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. A alfabetização na escola de nove anos: desafios e rumos. In: SILVA, E. T. da (Org.). **Alfabetização no Brasil**: questões e provocações da atualidade. Campinas/SP: Autores Associados, 2007, p.73-112.

FREITAS, D. N. T. de; Pott, F. P. In: SCAFF, E. A. S.; LIMA, P. G.; ARANDA, M. A. de M. (Orgs.). **Política e Gestão da Educação Básica**: desafios à alfabetização. 1ª. Ed.- São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2013. p. 124-156

_____. **Avaliação e gestão democrática na regulação da educação básica brasileira**: uma relação a avaliar. EDUCAÇÃO E SOCIEDADE [on line]. 2007, vol.28, n.99, pp. 501-521. ISSN 0101-7330.

FREITAS, Luiz Carlos. **Ciclos Seriação e Avaliação**: confronto de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. (orgs.). **Autonomia da escola**: princípios e propostas. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. (p. 4).

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação**, 2ª Ed. Revista. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção magistério, 2º grau. Série formação do professor).

GUERREIRO, Carmen. **Ceará, o berço do Pacto**. Educação. Revista Segmento. 2013. Disponível em: < <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/193/ceara-o-berco-do-pacto-288360-1.asp>>. Acessado em 11 de novembro de 2013.

GUIMARAES–IOSIF, Ralnice (Org.). **Política e governança educacional**: contradições e desafios na promoção da cidadania. – Brasília, DF: Universa: Liber Livro, 2012. (Capítulo III, p. 71)

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008. (p. 44-46).

IBGE. Censo Demográfico 2010: resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares/tabelas_adicionais.pdf>. Acessado em 18 de setembro de 2013.

KUENZER, A. Z.; CALAZANS, M. J. C. & GARCIA, W. **Planejamento e educação no Brasil**. 6 ed. São Paulo, Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 17.ed. São Paulo: Loyola, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LUDKE, Menga; ANDRÉ Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCHESI, A. MARTÍN, E. **Qualidade do ensino em tempos de mudança**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MONTEIRO, Rosemeire Selma. **A construção de um pacto pela alfabetização e educação de jovens e adultos ao longo da vida**. Disponível em: <<http://www.fiec.org.br/artigos/educacao/pactoalfabetizacao020903.htm>>. Acessado em 12 de junho de 2013.

MORTATTI, Maria do Rosário L. **Os sentidos da alfabetização: no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994 (Coleção Aprender & Ensinar).

_____. **Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados**. Revista Brasileira de Educação, v.15, n. 44 maio/ago, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a09.pdf>>. Acessado 15 de junho de 2013.

_____. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Brasília: Conferência proferida durante o Seminário "Alfabetização e letramento em debate", promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2006.

_____. **Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seu sujeito privados**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 309-409, Maio/Ago.2010.

_____. **Educação e letramento**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

MOURA, Manoel Oriosvaldo de. Pesquisa colaborativa: um foco na ação formadora. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (org.). **Trajetória e perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: UNESP, 2004.

NAOE, Aline. **Analfabetismo no Brasil evidencia desigualdades sociais históricas**. Revista eletrônica de Jornalismo científico, 2012. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=74&id=923>>. Acessado em 22 de junho de 2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, João Ferreira; LIBÂNEO, José Carlos. A Educação Escolar: sociedade contemporânea. **Revista Fragmentos de Cultura**, v. 8, n.3, p.597-612, Goiânia: IFITEG, 1998.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso. **Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação**. In 26ª Reunião Anual da ANPED. Poços de Caldas (MG), 2003.

PALUMBO, Dennis J. **Public Policy in América**. Government in Action. 2ª ed. Tradução: Adriana Farah. Harcourt Brace. Fort Worth : Harcourt Brace College Publishers, 1994. (Cap. 1, p. 8-29).

PIRES, Carolina Stefanello. **Formação continuada de professores: a experiência da SEMED de Campo Grande – MS**. 2011. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Faculdade de Educação Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2011.

SECRETARIA Municipal de Educação. **Governo investe R\$ 2,7 bilhões para alfabetizar crianças até oito anos**. Educação: desafio, luta e desejo de todos. Marcelino Vieira/RN, 2012. Disponível em: <http://smeducacaomvieira.blogspot.com.br/2012_11_01_archive.html>. Acessado em 21 de setembro de 2013.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento: a política educacional do banco mundial**. São Paulo: Fapesp, 2002.

SOARES, M.B. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Anais da 26ª. Reunião Anual da ANPED. Disponível em: www.anped.org.br/26/outrostextos/semagdasoares.doc. Acessado em maio de 2006.

_____. **Letrar é mais que alfabetizar**. Jornal do Brasil: 2000.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. São Paulo: Autêntica, 1999.

VIEIRA, S. L. **Educação Básica: políticas e gestão da escola**. Brasília, Liber Livro, 2009.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reconstruindo e ensinando História no nível fundamental e médio (5ª à 8ª séries)**. In: Caderno do Professor, Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, nº 3, 1998.

XAVIER, M. E; RIBEIRO, M. L & NORONHA, O. M. **História da Educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994 (Coleção Aprender & Ensinar).

ANEXOS

ANEXO 1 – QUANTITATIVO DE PARTICIPANTES DA FORMAÇÃO
CONTINUADA DO PNAIC

Orientadoras de Estudo (OE)	Ano	Nº de cursistas		Total de cursistas por ano
		Professor	Coordenador	
Orientadoras de Estudo (OE) 1ºano: Sandra Francisca da Silva Grupo: Sábado	1ºano	26	03	113
Orientadoras de Estudo (OE) 1ºano: Evanilce Machado de Souza Amaral Grupo: Sábado		24	4	
Orientadoras de Estudo (OE) 1ºano: Imaculada da Conceição Guedes de Souza Grupo: 3ª e 5ªfeira		25	2	
Orientadoras de Estudo (OE) 1ºano: Cristina Fátima Pires Ávila Santana Grupo: Sábado		26	03	
Orientadoras de Estudo (OE) 2ºano: Márcia Franco de Godoi Grupo: Sábado	2ºano	25	4	161
Orientadoras de Estudo (OE) 2ºano: Fátima Julião Soares Grupo: Sábado		24	4	
Orientadoras de Estudo (OE) 2ºano: Marli de Oliveiera Dias Grupo: Sábado		23	5	
Orientadoras de Estudo (OE) 2ºano: Judite Clara de Lima Fonseca Grupo: 3ª e 5ªfeira		20	4	
Orientadoras de Estudo (OE) 2ºano: Nilda Maria de Figueiredo Grupo: 3ª e 5ªfeira		20	4	
Orientadoras de Estudo (OE) 2ºano: Célia		24	4	

Reginaldo Faustino Grupo: 3ª e 5ªfeira				
Orientadoras de Estudo (OE) 3ºano: Clair Moron dos Santos Munhoz Grupo: 3ª e 5ªfeira	3ºano	26	2	139
Orientadoras de Estudo (OE) 3ºano: Mariolinda Rosa Romera Ferraz Grupo: Sábado		20	7	
Orientadoras de Estudo (OE) 3ºano: Lígia Maria Benelli Rosa Grupo: 3ª e 5ªfeira		25	3	
Orientadoras de Estudo (OE) 3ºano: Olga Cristina da Silva Teixeira Grupo: 3ª e 5ªfeira		25	4	
Orientadoras de Estudo (OE) 3ºano: Maria Ivanilda Saraiva Milfont Moreira Grupo: Sábado		21	6	

**ANEXO 2 - ROTEIRO DE VISITA
ENTREVISTA COM O DIRETOR (A)**

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:	
Escola Municipal: _____	DATA: _____
_____/_____/_____	
ENDEREÇO COMPLETO:	
RUA: _____	Nº: _____
BAIRRO: _____	
TELEFONE(FIXO): _____	CELULAR: _____
e-mail: _____	
COORDENADORA LOCAL DO PACTO: Luci Marques Pereira Troian	
ORIENTADOR DE ESTUDO: _____	
DIRETOR(A): _____	

1 – Qual o seu ponto de vista à respeito da proposta de formação do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa? Quais as suas expectativas frente a essa proposta?

2 – A equipe diretiva desta Unidade Escolar está consciente dos objetivos do PACTO e da Metodologia? Receberam os materiais pedagógicos do PACTO?

3 – Os materiais estão sendo disponibilizados para os professores que estão participando da formação, nas suas respectivas salas de aula?

4 – Os professores Alfabetizadores estão motivados a participarem da formação? Fazem comentários à respeito dentro da Unidade Escolar?Quais os pontos positivos e/ou negativos?

ASSINATURA DO OE

CARIMBO E
ASSINATURA DO (A) A DIRETOR(A)

**ANEXO 3 - ROTEIRO DE VISITA
ENTREVISTA COM O (A) PROFESSOR (A) ALFABETIZADOR (A)**

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:	
Escola	Municipal: _____
DATA: ____/____/____	
ENDEREÇO COMPLETO:	
RUA: _____	Nº: _____ BAIRRO: _____
TELEFONE(FIXO): _____	CELULAR: _____
e-mail: _____	
COORDENADORA LOCAL DO PACTO: Luci Marques Pereira Troian	
ORIENTADORA DE ESTUDO: _____	
PROFESSOR(A) ALFABETIZADOR(A): _____	

- 1 – Qual o seu ponto de vista à respeito da proposta de formação do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa? Você está motivado?
- 2 – Os encontros presenciais estão atendendo às suas expectativas frente a essa proposta? Caso não estejam, quais são as suas sugestões?
- 3 – Você tem colocado em ação na sala de aula as informações/tarefas recebidas nas formações?
- 4 – Você tem recebido apoio da direção Escolar e da coordenação? A seu ver, eles estão conscientes do objetivo do PACTO e da Metodologia?
- 5 – Os materiais pedagógicos do PACTO estão sendo disponibilizados para os professores que
- 6 – Você está utilizando os materiais disponíveis na escola que são indicados pelo PACTO?
- 7 – Você tem registrado o processo da aprendizagem das crianças (avanços e entraves) e exposto suas experiências nos momentos de hora- atividade? Como tem socializado os direitos de aprendizagem e a ficha do perfil com o seu coordenador?

ASSINATURA DA OE

ASSINATURA DO(A) PROFESSOROR(A)

**ANEXO 4 - ROTEIRO DE VISITA
ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO**

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:	
Escola Municipal: _____	
DATA: ____/____/____	
ENDEREÇO COMPLETO:	
RUA: _____	Nº: _____
BAIRRO: _____	
TELEFONE(FIXO): _____	CELULAR: _____
e-mail: _____	
COORDENADORA LOCAL DO PACTO: Luci Marques Pereira Troian	
ORIENTADORA DE ESTUDO: _____	
COORDENADOR(A): _____	

- 1 – Qual o seu ponto de vista à respeito da proposta de formação do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa? Quais as suas expectativas frente a essa proposta?

- 2 – A coordenação Pedagógica que está acompanhando os Professores Alfabetizadores está consciente dos objetivos do PACTO e da Metodologia?

- 3 – Os materiais pedagógicos do PACTO estão sendo disponibilizados para os professores que estão participando da formação, nas suas respectivas salas de aula?

- 4 – Os Professores colocam em ação na sala de aula as informações recebidas nas formações? Como você tem sistematizado este processo?

- 5 – Registram o processo da aprendizagem das crianças (avanços e entraves)? Expõe as suas experiências nos momentos de hora- atividade?

- 6 – Como acontece o acompanhamento do desempenho das turmas quanto aos resultados da Ficha de Acompanhamento e do Perfil da Turma? Tem sido analisada?

- 7 – Utilizam pedagogicamente os materiais disponíveis na escola que são indicados pelo PACTO?

ASSINATURA DO OE

CARIMBO E
ASSINATURA DO (A) COORDENADOR (A)